

Agrotóxico. Pilar do agronegócio



Mohamed Mostafa Habib
Agricultura brasileira é deficiente

Wanderlei Pignati
Não existe uso seguro de agrotóxicos

Letícia Rodrigues da Silva
A luta pela reavaliação de agrotóxicos
no Brasil

E mais:

>> **Erick Felinto**
A era da memória total e
do esquecimento contínuo

>> **Maria Aparecida
Marques da Rocha**
Bolsas universitárias: um processo
de inclusão ilusório

Agrotóxicos. Pilar do agronegócio

Enquanto uma área de floresta amazônica, do tamanho de 180 campos de futebol, é destruída pela ação de herbicidas, uma parcela da população brasileira grita “agrotóxicos, nunca mais!” Entender o contexto do uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras brasileiras e seus efeitos diversos é o objetivo do tema de capa da **IHU On-Line** desta semana. É possível cultivar alimentos sem o uso de herbicidas? Em busca desta e de outras respostas, nossos entrevistados refletem também sobre os rumos da agricultura no Brasil e sobre o modelo de agronegócio empregado no país.

O engenheiro agrônomo **Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib**, considera possível desenvolver uma agricultura sustentável por meio do manejo ambiental, sem utilizar agrotóxicos. Enquanto isso, o médico **Wanderlei Pignati** alerta que não existe uso seguro de agrotóxicos, e que é impossível estar imune a esses produtos. Por sua vez, o professor de Economia e Administração da USP, **José Juliano de Carvalho**, é enfático quando afirma que “o uso de agrotóxicos no Brasil é abusivo, exagerado e incontrolável”.

Já a gerente de normatização e reavaliação da Anvisa, **Letícia Rodrigues da Silva**, reconhece que reavaliação de agrotóxicos no Brasil ainda faz parte de um processo lento, frágil e nebuloso.

Quem também contribui com o debate é o agrônomo **Rubens Nodari**, para quem “é preciso desconstituir essa concepção criada de que a produção agrícola dependia do uso de agrotóxicos”.

Leia nesta edição uma entrevista com o pesquisador **Erick Felinto**, que avalia como as tecnologias modificaram e impactaram a sociedade nos últimos anos.

Maria Aparecida Marques da Rocha, professora do curso de Serviço Social da Unisinos, fala sobre seu livro recém lançado *Processo de Inclusão Ilusória: a condição do jovem bolsista universitário* (Jundiaí: Paco Editora, 2011).

“Os contornos e nuances de uma mídia regulamentada: um caminho mais democrático” é o tema do artigo de **Aléxon Gabriel João**.

O jornalista e professor da Unisinos, **Ronaldo Henn**, conta aspectos sobre sua trajetória de vida e profissional.

A próxima edição da revista **IHU On-Line** será publicada no dia 01 de agosto de 2011.

A todas e a todos uma boa semana, um ótimo mês de julho e uma excelente leitura!

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Rafaela Kley e Stefanie Telles. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Wanderlei Pignati: Não existe uso seguro de agrotóxicos

PÁGINA 08 | José Juliano de Carvalho: “O uso de agrotóxicos no Brasil é abusivo, exagerado e incontrolável”

PÁGINA 10 | Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib: Agricultura brasileira é deficiente

PÁGINA 12 | Leticia Rodrigues da Silva: A luta pela reavaliação de agrotóxicos no Brasil

PÁGINA 15 | Rubens Nodari: Agroecologia: um modelo agrícola sustentável

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 18 | Erick Felinto: A era da memória total e do esquecimento contínuo

» Livro da Semana

PÁGINA 22 | Maria Aparecida Marques da Rocha: Bolsas universitárias: um processo de inclusão ilusório

» Coluna do Cepos

PÁGINA 26 | Aléxon Gabriel João: Os contornos e nuances de uma mídia regulamentada: um caminho mais democrático

» Destaques On-Line

PÁGINA 28 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» IHU Repórter

PÁGINA 30 | Ronaldo Henn



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Não existe uso seguro de agrotóxicos

Mais de 30 tipos de pesticidas proibidos na União Europeia continuam a ser usados no Brasil, como o endossulfan, clorado que se aloja na gordura e, por isso, pode ser encontrado inclusive no leite materno. Mesmo com o uso de EPIs, é impossível estar imune a esses produtos, afirma Wanderlei Pignati

POR GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

Intoxicações crônicas que, em longo prazo, resultam em câncer, descontrole da tireoide, do sistema neurológico em geral, surdez, diminuição da acuidade visual e até mesmo Mal de Parkinson são possíveis problemas de saúde causados pelos agrotóxicos. De acordo com o médico sanitarista Wanderlei Pignati, quem trabalha com saúde pública não deixa de se perguntar onde foram parar os conteúdos dos temíveis frascos de agrotóxicos. Produtos banidos pela União Europeia continuam a ser usados no Brasil, país do mundo que mais emprega pesticidas em suas lavouras. Por que razão isso continua a ser permitido, questiona Pignati. Onde está o comprometimento com o ambiente, como um todo? A situação é tão grave que, além de serem encontradas nos alimentos, na água, no solo, no ar, essas substâncias foram detectadas, inclusive, no leite materno. Conforme Pignati, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, “vários tipos de agrotóxicos se depositam na gordura e muitos deles, como os clorados, nunca mais saem dela. É o caso do endossulfan. Quando a mulher produz o leite para amamentar seu filho, esse líquido terá agrotóxico em sua composição. Isso porque o leite é composto por 2 a 3% de gordura”. Como se isso não fosse assustador o bastante, o médico é categórico ao afirmar que é impossível um uso totalmente seguro dos agrotóxicos. Mesmo que sejam usados equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores que fazem as aplicações nas lavouras, “esses produtos penetram pela mucosa de pele, do olho, da orelha das pessoas, e inclusive pela respiração”.

Wanderlei Pignati é graduado pela Universidade de Brasília - UnB, especialista em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT e doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz com a tese *Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso*. Estuda a contaminação das águas e as bacias, além de participar de uma pesquisa no município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso do Sul, onde há cinco anos houve um grande acidente de contaminação por agrotóxicos por pulverização. Atualmente, leciona na UFMT. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são as principais consequências do uso de agrotóxicos para as águas, no caso, os rios e suas nascentes, bacias e os lençóis d'água?

Wanderlei Pignati - A água é um dos componentes ambientais para onde os resíduos de agrotóxicos vão. Com o uso intensivo de agrotóxicos na agricultura brasileira isso vem se agravando. No ano passado, foram usados cerca de um bilhão de litros de agrotóxicos em nosso país, do tipo que se compra em agropecuárias. Não estou

falando do agrotóxico diluído. Um litro de herbicida comprado nesses estabelecimentos é diluído em 100 litros de água para fazer a calda e pulverizar. Isso tem um destino, e parte vai para combater aquilo que se costuma chamar de “pragas da lavoura”. São insetos e ervas classificadas como daninhas, como os fungos. Uma parte vai para o solo, outra evapora e vai para o ar. Uma outra condensa e vai para a chuva, e outra ainda vai para o lençol freático. Essa ida dos agrotóxicos para o lençol freático é o que irá deixar re-

síduos na água potável ou na água dos rios, córregos e do Pantanal¹, inclusive. Isso terá impactos na saúde dos animais e dos seres humanos.

O grande problema, na verdade, não são as embalagens vazias de agrotóxicos. Claro que o ideal é que elas sejam recolhidas, pois em sua maioria são feitas de plástico. Mas quem se preocupa com a saúde pública e ambiente como um todo se pergunta

¹ Sobre o tema, confira a edição 345 da revista **IHU On-Line**, de 27-09-2010, intitulada *O Pantanal em alerta*, disponível em <http://bit.ly/jZtTqu>. (Nota da IHU On-Line)

onde foi parar o que estava dentro desses frascos. Esses produtos vão parar nesses componentes ambientais, inclusive nos alimentos. Resíduos de agrotóxicos podem ser encontrados não só na água, mas nos alimentos, na chuva, ar, solo. Quando falo de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, refiro-me inclusive ao leite materno.

Fizemos uma pesquisa e constatamos a presença de agrotóxicos no leite materno de mulheres matogrossenses. Na cidade de Lucas do Rio Verde, interior do Mato Grosso, é usada larga quantidade de agrotóxicos nas culturas da soja, milho e algodão. Isso se reflete nos alimentos produzidos e, inclusive, no leite materno. Vários tipos de agrotóxicos se depositam na gordura e muitos, como os clorados, nunca mais saem dela. É o caso do endossulfan². Quando a mulher produz o leite para amamentar seu filho, esse líquido terá agrotóxico em sua composição. Isso porque o leite é composto por 2 a 3% de gordura. Assim, inclusive a própria criança pode ser prejudicada. A análise de resíduos de agrotóxicos no leite materno é, portanto, muito importante. Foi o que fizemos, analisando dez tipos diferentes desses produtos. Todos eles estavam presentes no leite de 62 mulheres dessa cidade. Isso é muito problemático, pois o alimento que deveria ser o mais puro da nossa vida está tam-

² Endossulfan: inseticida e acaricida. Este sólido incolor emergiu como um agrotóxico altamente controverso devido à sua grande toxicidade, ao seu potencial de biocumulação e também por interrupção endócrina. Banido em mais de 62 países, incluindo a União Europeia e várias nações ao Oeste da África e Ásia, continua sendo extensivamente usado na Índia e Austrália, por exemplo. É produzido pela Bayer CropScience, Makhteshim Agan, Nortox S.A. e pelo governo indiano - dono da Hindustan Insecticides Limited - entre outras. Devido ao seu risco ao meio ambiente, um banimento global do uso e produção do endossulfan está sendo considerado pela convenção de Estocolmo. A substância foi proibida no Brasil em 16 de agosto de 2010, pela Anvisa. A agência publicou resolução que determina o banimento do ingrediente ativo endossulfan do Brasil. A determinação foi fundamentada em estudos toxicológicos que associam o uso desse agrotóxico, considerado extremamente tóxico, a problemas reprodutivos e endócrinos em trabalhadores rurais e na população. De acordo com cronograma estabelecido pela norma, o endossulfan não poderá ser comercializado, no Brasil, a partir de 31 de julho de 2013. A partir de 2011, o produto não pode mais ser importado, e a fabricação em território nacional será proibida a partir de 31 de julho de 2012. (Nota da IHU On-Line)

“Quem se preocupa com a saúde pública e ambiente como um todo se pergunta onde foi parar o que estava dentro desses frascos”

bém contaminado. Espero que sejam tomadas medidas para que isso não continue a ocorrer.

IHU On-Line - Quais as principais sequelas para a saúde humana provocadas pelos agrotóxicos?

Wanderlei Pignati - Essa discussão é bastante ampla. Primeiramente, falo sobre as intoxicações agudas por agrotóxicos, que têm aumentado muito no Brasil. Dessas intoxicações, salvamos 99% das pessoas intoxicadas. Exceções ocorrem em casos de que tenha sido ingerida uma quantidade muito grande de produtos tóxicos, como em caso de tentativas de suicídio ou envenenamento proposital de terceiros. Também há os casos extremos em que uma pessoa que aplicou ou preparou os agrotóxicos não fez o uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, intoxicando-se fatalmente.

Mas o grande problema são as intoxicações crônicas, cuja exposição ocorre a baixas doses durante meses e anos. Após um período mais longo de tempo, podem surgir problemas como câncer, descontrole da tireoide e do sistema neurológico, além de diabetes. Especula-se, ainda, que uma das causas do Mal de Parkinson esteja associada ao efeito cumulativo de agrotóxicos. Surdez, diminuição da acuidade visual e outros distúrbios neurológicos também são frequentes. Quando uma mulher está em seus primeiros três meses de gestação e entra em contato com agrotóxicos, pode ocorrer má formação fetal. Portanto, são várias as consequências para a saúde causadas por esses produtos, desde intoxicações agudas até aquelas de caráter crônico. Saliento que os problemas dependem igualmente do tipo de agrotóxico utilizado.

IHU On-Line - Qual é a especificidade do caso de Lucas do Rio Verde em relação ao uso de agrotóxicos?

Wanderlei Pignati - Não sei se o Mato Grosso é o estado mais crítico do Brasil em termos de uso de agrotóxicos. Dos quase um bilhão de litros desses produtos usados no ano passado no Brasil, o Mato Grosso é o maior consumidor porque é o maior produtor de soja, milho e gado. É preciso lembrar de que, inclusive nas pastagens para o gado, são usados agrotóxicos. Nesse estado se cultiva 50% do algodão brasileiro, produto que utiliza mais agrotóxicos por hectare. O uso intensivo, em média, no Brasil, é de dez litros de agrotóxicos por hectare de soja plantado. Isso abrange fungicidas, herbicidas, inseticidas e dissecante para secar a soja para a colheita. O milho usa em torno de 5 litros de agrotóxico por hectare, enquanto a cana usa em torno de quatro litros. Já o algodão emprega aproximadamente 20 litros dessa substância por hectare. Esse problema é grande no país inteiro, mas no Mato Grosso a dimensão é maior em função de este estado ter a maior produtividade nacional. Em segundo está São Paulo, seguido pelo Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Tocantins e Minas Gerais. Temos uma equipe com a qual fazemos diversas pesquisas, junto da Fiocruz do Rio de Janeiro e divulgamos esses dados.

IHU On-Line - Quais os riscos de contaminação por agrotóxicos na água que bebemos?

Wanderlei Pignati - Se você tem um grande consumo do princípio ativo glifosato³ na região, que é o agrotóxico mais

³ Glifosato (N-fosfonometil glicina, C₃H₈N₂O₅P): herbicida sistêmico não seletivo (mata qualquer tipo de planta) desenvolvido para matar ervas, principalmente perenes. É o ingrediente principal do Roundup, herbicida da Monsanto. Muitas plantas culturais geneticamente modificadas são simplesmente modificações genéticas para resistir ao glifosato. A Monsanto vende sementes dessas plantas com o marca RR (Roundup Ready). O herbicida é absorvido pelas folhas das plantas, não por suas raízes. Sobre o glifosato, leia alguns dos materiais disponibilizados pelo site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU: *Reféns de um modelo produtivo pouco sustentável*, disponível em <http://bit.ly/lj6Cht>, *Glifosato: uma sentença inovadora*, disponível em <http://bit.ly/jWb-mKa>; *Glifosato: mais polêmica*, disponível em <http://bit.ly/kGvrrnt>; 'O glifosato estimula a

consumido no Brasil, você irá encontrá-lo na água. Há os clorados, que são mais “persistentes” em se desfazerem, como o endossulfan, que ainda não foi banido. A previsão é que isso aconteça somente em julho de 2013. Há, ainda, a atrazina⁴, um herbicida bastante persistente e liberado para uso nas lavouras. Ambos aparecerão na água. É preciso lembrar também dos fungicidas que, se forem usados para combater a ferrugem da soja, irão ser encontrados na água da forma mesma que os outros.

Há, contudo, uma legislação dos agrotóxicos que delimita máximo de contaminação permitida na água. Na verdade, isso nem deveria acontecer. É um absurdo! Como é que se pode permitir algum tipo de agrotóxico na água? Temos que fazer uma análise dos agrotóxicos mais consumidos na região para vermos qual é o tipo de contaminação que vamos suportar. Tudo depende da solubilidade do agrotóxico, da sua persistência, se foi usado perto de rios ou córregos, se o lençol freático é profundo ou superficial. Na maioria das vezes há a contaminação desses componentes ambientais em suas mais variadas formas.

O mesmo pode-se dizer dos alimentos que irão conter esses produtos. Todos os tipos de agrotóxicos usados nos alimentos serão posteriormente encontrados neles. A isso chamamos de resíduos nos alimentos. Eles podem ser encontrados no tomate, pimentão, abobrinha, arroz, soja ou milho.

IHU On-Line - Como poderia se constituir um movimento social de vigilância sanitária e ambiental que envolvesse não só entidades do governo, mas a sociedade civil de forma organizada e participativa?

morte das células de embriões humanos, disponível em <http://bit.ly/jfKobK>; ‘*O que acontece na Argentina é quase um experimento em massa*’, disponível em <http://bit.ly/l7KHgW>. (Nota da IHU On-Line)

4 Atrazina: herbicida de tipo triazina, usado em plantações de milho, cana-de-açúcar e sorgo para o controle de ervas daninhas. Herbicida antigo, é ainda empregado devido ao seu baixo custo e porque atua em sinergia quando utilizado com outros herbicidas. É um inibidor do fotossistema II. Um estudo publicado em 2010 pela Proceedings of the National Academy of Sciences revelou que este composto pode mudar o sexo de rãs. A pesquisa recebeu questionamentos da indústria química Syngenta, grande produtora deste defensivo. (Nota da IHU On-Line)

Wanderlei Pignati - A vigilância em torno dos agrotóxicos existe, de certa forma. Ela limita inclusive o registro, a venda e aplicação dos produtos. A lei regulamenta isso. A maioria dos estados tem suas leis próprias quanto a isso. Contudo, grande parte dessas legislações não são cumpridas. Então, a primeira questão é o cumprimento dessas leis, como no que diz respeito à pulverização perto de rios, córregos, e a pulverização aérea, que nós, médicos sanitários, lutamos para proibir. Mesmo assim, existe hoje uma legislação do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, a Instrução Normativa n. 2, de 2008, que permite pulverizar agrotóxicos de avião a, no mínimo, 500 metros de distância das nascentes de águas, onde moram populações e em que há criação de animais. Isso, na maioria das vezes, não é respeitado, como ocorre no Mato Grosso. As legislações estaduais quanto à pulverização terrestre constam que o limite é de, no mínimo, 250 metros afastados dessas nascentes, de criação de animais e moradia humana. Mesmo assim, não são respeitadas. Planta-se e pulveriza-se até encostado nas residências, sobretudo em comunidades rurais e nas pequenas cidades do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul e no Sul do Paraná. As pulverizações aéreas e terrestres são feitas sem nenhum respeito.

Em segundo lugar, há toda uma discussão a ser feita pela vigilância sanitária nacional e dos estados para tentar proibir os agrotóxicos que já são banidos na União Europeia. Por que estamos consumindo, ainda, o endossulfan, o metamidofós⁵, o 2,4-D⁶ e

5 Methamidophos: utilizado nas culturas do amendoim, tabaco, pimenta e trigo. O seu uso tem sido discutido porque se suspeita ser a causa da morte de trabalhadores rurais por hemorragias e suicídios, o que levou à sua proibição no Brasil, programada para 30 de junho de 2012. (Nota da IHU On-Line)

6 Ácido diclorofenoxiacético (2,4-D): herbicida produzido durante o programa da guerra química e biológica no período da segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo também utilizado na guerra do Vietnã (1954-1975), fazendo parte, juntamente com o herbicida 2,4,5-T e o pentaclorofenol, de um composto conhecido como agente laranja, que era utilizado como desfolhante das florestas vietnamitas. Desde então o 2,4-D vem sendo utilizado no controle seletivo de ervas daninhas, principalmente em pastagens, pois, nesta situação, controla dicotiledôneas, preservando as monocotiledôneas. Sua ação nas plantas é como mimetizador de auxinas. (Nota da IHU On-Line)

paraquat⁷? Esses são os produtos mais consumidos no Mato Grosso.

São mais de 30 tipos de agrotóxicos bastante consumidos no Brasil que são proibidos na União Europeia. Alguns já têm legislação que irá proibi-los, como o endossulfan, que a partir de julho de 2013 será tirado do mercado. O metamidofós sai de circulação a partir de julho de 2012. Mas e os outros? A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa está fazendo a revisão de 14 tipos de agrotóxicos, mas não consegue avançar porque os produtores dessas substâncias entraram com uma ação na justiça. Um juiz federal concedeu liminar exigindo que a Anvisa suspendesse a revisão. Veja o absurdo. O processo iniciado em 2008 ficou mais de um ano parado e foi retomado somente agora. Com toda a dificuldade, a Anvisa vem insistindo no processo.

É preciso haver uma consciência dos grandes produtores de que se está proibido lá fora, aqui deve ocorrer o mesmo. Por que continuar a usar agrotóxicos dessa natureza? Por que é mais barato? Ou por que é mais eficiente? Mas qual é o custo em termos de saúde humana, animal e vegetal, do ambiente como um todo? Precisamos pensar na saúde da água, porque o nosso organismo é composto de 70% de água, e se aquela que consumimos estiver contaminada com agrotóxicos, isso irá prejudicar nosso corpo. Então, repito: é preciso respeitar a legislação e proibir no Brasil os agrotóxicos que já são proibidos lá fora. Também é preciso que a população se conscientize e não consuma produtos que têm agrotóxicos no seu desenvolvimento. Todos os anos o Ministério da Saúde coloca no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos e vê os resultados dos últimos anos. Desde o ano 2000, dos vinte tipos de alimentos analisados, a maioria contém agrotóxicos. Tem que haver uma divulgação mais ampla para a sociedade. A vigilância sanitária só irá funcionar se a população se conscientizar e mobilizar para isso. Há uma

7 Paraquat: com nome comercial Gramoxone 200, é um composto quartenário do amônio utilizado como herbicida e altamente perigoso para os humanos, caso ingerido. Esse composto sólido cristalino é instável em meio alcalino, solúvel em água, pouco solúvel em álcool e insolúvel em solventes orgânicos não polares. (Nota da IHU On-Line)

“O grande problema são as intoxicações crônicas, cuja exposição ocorre a baixas doses durante meses e anos”

campanha nacional contra o uso de agrotóxicos lançada no I Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental, em Belém, em dezembro de 2010, com o apoio da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco. A iniciativa chama-se *Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida*⁸. A primeira audiência pública aconteceu dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, no Congresso Nacional.

IHU On-Line - Podemos falar em “uso seguro dos agrotóxicos”?

Wanderlei Pignati - Não. Essa é outra discussão que precisa ser desmistificada. O uso totalmente seguro dos agrotóxicos é impossível. Os agrotóxicos penetram pela mucosa de pele, do olho, da orelha das pessoas, inclusive pela respiração. Se o trabalhador que aplicar esse produto estiver vestido como um astronauta (porque é assim que se parecem os EPIs criados para proteger os trabalhadores da contaminação por esses produtos), ele *quase* não será atingido ou contaminado. Isso porque a eficiência do filtro químico é de 80 a 90%, e com as moléculas dos novos agrotóxicos essa eficiência diminui mais ainda, pois há algumas delas que penetram no filtro de agrotóxicos da máscara e prejudicam quem está realizando a aplicação. O efeito pode levar de cinco a dez anos para ser sentido. Pode não haver um impacto imediato. Mas e a segurança do ambiente, como fica? Será colocado EPI nos peixes, bois, cachorros e plantas que não se quer afetar? Não existe, portanto, uso seguro de agrotóxicos. O ambiente será poluído com substâncias cujo objetivo é matar as “pragas” da lavoura mas, com isso, cria-se todo um ônus ambiental.

⁸ Sobre a Campanha, confira mais detalhes no link <http://bit.ly/e6YOfT>. (Nota da IHU On-Line)

“O uso de agrotóxicos no Brasil é abusivo, exagerado e incontrolável”

José Juliano de Carvalho entende que a situação atualmente está mais difícil para a agricultura familiar. E quando se fala em integração da agricultura familiar com a indústria, o que se vê é uma relação de subordinação

POR GRAZIELA WOLFART, GREYCE VARGAS E PATRICIA FACHIN

“O s agrotóxicos são usados sem nenhum controle pela sociedade brasileira. Seu uso está sob os interesses do que se chama de agronegócio”. Essa é a ideia principal defendida pelo professor José Juliano de Carvalho, na entrevista a seguir, concedida por telefone para a IHU

On-Line. Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP, Carvalho tem percebido a destruição e a inviabilização da agricultura familiar não apenas pelo agrotóxico, mas pelo conjunto do modelo do agronegócio. “É preciso que se institua a regulação do agronegócio. Senão, pega-se um investimento público feito para a agricultura familiar ou para áreas de assentamento e deixa-se que essa área seja dominada por monoculturas ligadas ao agronegócio, com uso de agrotóxicos, transgênicos, prejudicando assim todas as pessoas que ali estão”.

José Juliano de Carvalho Filho possui graduação e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo, e pós-doutorado pela Ohio State University. Além de professor, integra a Associação Brasileira de Reforma Agrária - Abra. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual sua opinião em relação ao uso de agrotóxicos no Brasil?

José Juliano de Carvalho - Minha atividade de pesquisa junto das populações camponesas durante muitos anos pôs-me em contato com os efeitos do agrotóxico. Mas o que importa é discutir esse modelo que se chama de agronegócio. Não se trata de uma simples técnica. É um modelo com efeitos perversos para a economia nacional, que nos faz voltar ao passado em relação à exportação de produtos primários e, o pior, com a dependência de poucas empresas multinacionais. O agrotóxico, evidentemente, está ligado à questão das patentes e dos transgênicos. E os efeitos do enorme consumo de agro-

tóxicos no Brasil, que chega a 5,7 litros de veneno por habitante, estão ligados a esse modelo. Isso tudo está dentro de uma questão maior, a questão agrária, que se caracteriza aqui no Brasil pela concentração fundiária, que está crescendo. Os agrotóxicos são usados sem nenhum controle pela sociedade brasileira. Seu uso está sob os interesses do que se chama de agronegócio. Olhando para o campo, veremos que há um mecanismo que torna o governo refém dos ruralistas. Neste mecanismo está embutida a própria questão macroeconômica, que tem um déficit crescente em contas correntes. Isso implica em pressão para se exportar mais commodities e o governo acaba

ficando refém. Basta olhar para o Congresso Nacional e ver que ali há um domínio muito amplo dessas forças, que eu considero as mais retrógradas do país. Tenho visto muito a destruição e a inviabilização da agricultura familiar. Não só por causa do agrotóxico, mas pelo conjunto do modelo do agronegócio. Um caso emblemático no Rio Grande do Sul é a detecção do agrotóxico no leite materno. A mãe, ao amamentar, envenena o filho com o próprio leite. Isso é um absurdo, um descontrole total. Minha opinião sobre o uso de agrotóxicos no Brasil é que é abusivo, exagerado, incontrolável. Ficou muito mais difícil para a agricultura familiar. Quando se fala em integração da agricultura familiar com a indústria, eu vejo mais uma relação de subordinação. O Brasil se sujeita a se entregar à economia mundial num lugar subalterno e sob o domínio de grandes empresas multinacionais. Elas fazem o que querem aqui, sem regulação e com domínio total. E não são punidas por seus crimes.

IHU On-Line - Então o impacto do uso de agrotóxicos pode prejudicar a economia brasileira?

José Juliano de Carvalho - Penso que sim. E falo do impacto do pacote inteiro do modelo do agronegócio. Existe um eufemismo em torno disso, que vem dos Estados Unidos com o agrobusiness. O modelo inteiro prejudica o agrotóxico, inclusive, visto que ele está junto. É preciso que se institua a regulação do agronegócio. Senão, pega-se um investimento público feito para a agricultura familiar ou para áreas de assentamento e deixa-se que essa área seja dominada por monoculturas ligadas ao agronegócio, com uso de agrotóxicos, transgênicos, prejudicando assim todas as pessoas que ali estão.

IHU On-Line - O Brasil é um dos países que mais utilizam agrotóxicos. O que isso revela sobre a posição brasileira em relação ao futuro da agricultura?

José Juliano de Carvalho - Isso revela a subordinação brasileira na nova divisão internacional do trabalho. A nós coube voltar nossa pauta de exportação para os produtos primários, vendendo etanol, massa de celulose,



Cada brasileiro consome em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano Até quando vamos engolir isso?

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA



soja, sempre com pouco valor agregado. Estamos nos colocando não como o país do futuro, mas como subalternos. Continuaremos sendo periferia.

IHU On-Line - Por que os países em desenvolvimento são os que mais utilizam agrotóxicos?

José Juliano de Carvalho - Porque eles são dominados pelas empresas, que têm um domínio inclusive sobre as terras. E a tática que essas empresas usam é do jogo mais baixo possível. Fazem de tudo, até suborno. Isso está ligado ao avanço do capital financeiro em todo o mundo, sendo que esses países vão perdendo a capacidade de fazer política. Eles fazem apenas a pequena política.

IHU On-Line - Quais são as alternativas aos agrotóxicos?

José Juliano de Carvalho - Nós podemos ter uso de química na agricultura, mas tem que ser um uso regulado. O que eu não vejo é alternativa ao modelo do agronegócio. Porque não é um modelo de produção, mas um modelo de domínio econômico, em que nem a reprodução das sementes é mais facultada aos agricultores. Eles têm que pagar pelas sementes e estas implicam no uso do agrotóxico X. É preciso quebrar com o poder de mercado dessas empresas. Um país como o nosso deveria regular a atividade do agronegócio, voltada aos interesses nacionais. Como se podem usar produtos que prejudicam a saúde da própria população trabalhadora?

Agricultura brasileira é deficiente

De acordo com o engenheiro agrônomo Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib, é possível desenvolver uma agricultura sustentável por meio do manejo ambiental, sem utilizar agrotóxicos

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib assinou, juntamente com outros pesquisadores, um relatório que acusa a Monsanto de saber, há mais de 30 anos, que o herbicida Roundup provoca anomalias congênitas. O professor da Unicamp estuda os efeitos dos agrotóxicos na saúde e no meio ambiente desde a década de 1970 e afirma que testes feitos com o glifosato, princípio ativo do Roundup, “mata qualquer criatura de origem vegetal, (...) causa problemas de desenvolvimento embrionário, atinge células de tecidos do corpo humano e prejudica o desenvolvimento das crianças”.

Em entrevista à IHU On-Line por telefone, Mostafa Habib menciona ainda que a transgenia, outro ramo de atividades de empresas que produzem agrotóxicos, também causa impactos à saúde humana. “Realizamos testes em animais de laboratório com a ração fabricada a partir da soja transgênica e soja não transgênica. Observamos impactos negativos no desenvolvimento dos ovários e do sistema reprodutor dos animais”, relata.

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib é graduado em Engenharia Agrônoma e mestre em Entomologia (Controle Biológico) pela Universidade de Alexandria, Egito, e doutor em Ciências Biológicas (Entomologia) pela Unicamp. Além de lecionar na instituição, ele é pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor assina, juntamente com outros pesquisadores, o relatório de pesquisa que acusa a multinacional de agroindústria e biotecnologia Monsanto de saber, desde 1980, que o herbicida Roundup - cujo princípio ativo é o glifosato - provocaria anomalias congênitas. Pode nos dar mais detalhes sobre o relatório? Como esta pesquisa foi realizada?

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib - Minha carreira começou em 1964. Portanto, tenho 47 anos de experiência. Nesse período, pesquisei os efeitos negativos do agrotóxico na saúde e no meio ambiente de países agrícolas.

A Monsanto, dona e produtora do defensivo Roundup, sempre trabalhou para dominar o mercado. Portanto, o investimento da empresa em transgenia é justamente para fazer do Roundup¹ um produto a ser vendido no mundo inteiro.

¹ Roundup: pesticida fabricado pela Monsanto cuja base é o glifosato. Estudos indicam que mesmo em pequenas quantidades o pesticida pode ser nocivo à saúde humana. (Nota da IHU On-Line)

O glifosato, diferentemente do que a Monsanto vem dizendo e diferentemente daquilo que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio² entendeu quando aprovou a produção e a comercialização, é um produto de largo espectro tóxico, ou seja, mata qualquer criatura de origem vegetal. Ele ainda é tóxico para o ser humano e causa problemas de desenvolvimento embrionário, atinge células de tecidos do corpo humano e prejudica o desenvolvimento das crianças.

Todas as pesquisas e levantamentos científicos feitos concluíram que

² CTNBio: instância colegiada multidisciplinar, criada através da lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, cuja finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa à OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados. Mais informações em www.ctnbio.gov.br. (Nota da IHU On-Line)

o mundo precisa conhecer a realidade da soja transgênica e as origens do glifosato. Realizamos testes em animais de laboratório com a ração fabricada a partir da soja transgênica e soja não transgênica. Observamos impactos negativos no desenvolvimento dos ovários e do sistema reprodutor dos animais. Portanto, a soja transgênica precisa ser retirada do mercado imediatamente. As pesquisas de transgenia precisam continuar a desenvolver técnicas mais seguras para a saúde e o meio ambiente.

Também é preciso rever o impacto do glifosato. Quando o Brasil não cultivava transgênico e estabelecia, pela lei, o máximo de 0,2 partes por milhão de glifosato na soja, a Monsanto pressionou o governo e quis, numa primeira instância, mudar a lei para permitir até 100 partes por milhão. Entretanto, em função das pressões da sociedade, a lei permitiu ter 10 partes por milhão de glifosato nos grãos da soja. Isso significa 50 vezes mais o valor que era permitido anteriormente.

Os grãos da soja de hoje têm um teor de glifosato superior àquele que existia antes. Portanto, mesmo com a introdução da transgenia, o Brasil não ganhou nada.

IHU On-Line - Além do uso de agrotóxicos, que outras medidas podem ser tomadas para o controle biológico das lavouras?

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib - O controle biológico é uma das medidas, mas nós podemos trabalhar para que haja um manejo ambiental do próprio ecossistema e da lavoura. Por meio do manejo ambiental é possível cultivar a diversidade vegetal. Cada vez que se tem diversidade na composição da flora, consegue-se ter uma riqueza na diversidade faunística. A partir disso, alcança-se o equilíbrio ecológico natural, que acaba automaticamente mantendo as populações das pragas sob o nível ou abaixo do nível que poderia causar algum dano econômico.

A ciência mostrou que o conceito de agricultura convencional de monocultura, de tirar do mapa toda a complexidade vegetal que existia e substituí-la por uma única cultura, não é sustentável.

Hoje, o mundo procura uma agricultura sustentável e este novo modelo não pode ficar dependente de fertilizantes, agrotóxicos. É preciso investir em uma produção mais saudável para o meio ambiente e para o homem que cultiva e que consome. Nesse sentido, é possível fazer uso de métodos de controle biológico natural, aproveitando a riqueza da fauna. Nós temos de preservar o ambiente para que os inimigos naturais (pragas) que ocorrem naturalmente no ambiente possam estar seguros na propriedade para trabalhar a favor da agricultura.

Também é possível utilizar o controle biológico aplicado, ou seja, é possível liberar os inimigos naturais para fazer o controle microbiano aplicado, aplicando bactérias, fungos. Igualmente, existe o conceito de preservação e de investimento cada vez maior na diversidade biológica da propriedade rural. É preciso partir para rotações agrícolas, policultivos nas propriedades para ter uma estabilidade econômica maior.

É fundamental realizar pesquisas

“As companhias dizem que os transgênicos consomem menos agrotóxicos, mas acontece o contrário.

Os transgênicos consomem mais agrotóxicos do que a cultura convencional anterior”

para definir o zoneamento agrícola brasileiro e verificar quais são as condições agrícolas de cada região do país. Dentro desse zoneamento, é preciso ter um plano governamental para otimizar as condições de cada região. Não é possível plantar soja desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas; isso é ridículo. Portanto, cada região do Brasil deve identificar a sua vocação, a sua coerência e ver como ela se manifesta na cultura local.

IHU On-Line - Como vê a atuação de órgãos responsáveis pela regulação de agrotóxicos em todo o mundo? Quais os maiores dilemas dessas instituições?

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib - Não tenho reclamação dos órgãos reguladores que liberam e autorizam o uso dos agrotóxicos. O problema não está nesses órgãos e, sim, no outro lado, que pressiona o trabalho deles. As multinacionais que produzem agrotóxicos desrespeitam a sociedade brasileira e o futuro desse país. Elas utilizam o Brasil para ter retorno financeiro e, hoje, trabalham para retirar da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o poder de opinar sobre os agrotóxicos, que são os maiores inimigos da saúde brasileira.

A academia não tem força para enfrentar as pressões das multinacionais. As empresas têm um lobby fortíssimo no Congresso e estão trabalhando

contra os interesses nacionais. Minha preocupação é com a interferência e a influência das multinacionais nos órgãos públicos. A CTNBio é pró-multinacionais e 2/3 da instituição trabalham em prol das multinacionais. Isso é assustador porque a sociedade confia nessas organizações que trabalham na contramão dos interesses nacionais.

IHU On-Line - O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do planeta e ainda permite a utilização de produtos banidos em diversos países. Como entender essa cultura pró-agrotóxicos em nosso país?

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib - O que a academia e certos meios de comunicação estão fazendo é o início de um processo, ou seja, temos de continuar conscientizando a sociedade. A transgenia veio para enganar a população. As companhias dizem que os transgênicos consomem menos agrotóxicos, mas acontece o contrário. Os transgênicos consomem mais agrotóxicos do que a cultura convencional anterior.

Precisamos sair em campanhas nas ruas dizendo: “Agrotóxicos nunca mais!”. Com isso, podemos pressionar para que as multinacionais comecem a pesquisar e desenvolver produtos alternativos. As empresas não aceitam as propostas das universidades porque jogar veneno nas lavouras é mais fácil. Elas ainda insistem em chamar o agrotóxico de defensivo agrícola, de remédios. Temos que abraçar essa campanha contra os agrotóxicos porque é muito complicado continuarmos desse jeito.

IHU On-Line - Qual a origem e a necessidade de utilizar agrotóxicos no Brasil?

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib - O uso de agrotóxicos se disseminou pelo mundo em função da pressão das multinacionais. Quando cheguei ao Brasil, em 1972, pude perceber o que as vendedoras de agrotóxicos faziam: contratavam agrônomos brasileiros para receber um salário por meio de comissão, assim, quanto mais eles vendiam, maior era o rendimento financeiro. Esse comportamento, além de ser antiético, é um crime.

Antigamente, as multinacionais não tinham influência no governo fe-

deral, no parlamento brasileiro. Hoje, elas têm lobby no Congresso e aliados em órgãos públicos como na CTNBio. O brasileiro não tinha a cultura de utilizar venenos; isso é influência das multinacionais, que utilizam produtos proibidos em seus países de origem para comercializá-los no Brasil.

IHU On-Line - Em que medida o modelo do agronegócio brasileiro contribui para a cultura do uso de agrotóxicos no Brasil?

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib - O modelo do agronegócio brasileiro é arcaico porque se baseia na exportação de grãos, que serve de matéria-prima para os europeus fabricarem ração animal. Se esse setor fosse um pouco mais inteligente, poderia produzir a ração no Brasil e exportar o produto com um valor agregado. Já estou cansado de ver o Brasil exportando matéria-prima e chamar isso de agronegócio; isso é agroburrice, ignorância. Países que buscam o seu desenvolvimento não podem exportar matéria-prima, energia e, muito menos, água. O Brasil está fazendo exatamente isso. E depois, o brasileiro vai para o exterior e volta com dois presentes: um pacote de café solúvel da Alemanha, que não planta nenhum pé de café em seu território; e chocolate suíço, o melhor chocolate do mundo, feito à base de cacau. A Suíça não cultiva nenhum pé de cacau. O Brasil vende essas matérias-primas para ambos.

O que acontece no Brasil é uma atividade agrícola extremamente deficiente, que precisa evoluir. O grão de soja nunca é superior a um real e para produzi-lo, o país gastou no mínimo 200 litros de água. O Brasil já perdeu 95% da Mata Atlântica, mais de 80% do cerrado e 20% da Floresta Amazônica. Será que está valendo a pena vender energia e chamar agroenergia de bioenergia para enganar o povo brasileiro? Não se produz bioenergia com a cana-de-açúcar e com a soja. Já estou cansado desse tipo de tática enganosa.

Dizem que este é o setor que mais cresce, mas também é o setor que mais destrói o país. É um setor que precisa trabalhar com mais inteligência, mais ciência e mais tecnologia.

A luta pela reavaliação de agrotóxicos no Brasil

Segundo Letícia Rodrigues da Silva, gerente de normatização e reavaliação da Anvisa, a instituição colocou 14 ingredientes ativos em reavaliação em 2008. Três anos depois, apenas seis reavaliações foram concluídas, sendo cinco, com ações judiciais

POR PATRICIA FACHIN

A reavaliação de agrotóxicos no Brasil ainda faz parte de um processo lento, frágil e nebuloso. Produtos que receberam a certificação de uso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Ibama e do Ministério da Agricultura somente são reavaliados novamente quando estudos internacionais apontam para riscos à saúde humana. Segundo Letícia da Silva, um dos motivos que dificulta este procedimento é a inexistência de investimento para linhas de pesquisa sobre o tema.

“As pessoas que trabalham nos órgãos governamentais têm feito o possível e o impossível para avaliar, regular e controlar esses produtos. Entretanto, temos várias fragilidades”, desabafa, em entrevista à IHU On-Line concedida por telefone. Entre as dificuldades, ela aponta o quadro deficitário de funcionários responsáveis pelo procedimento de reavaliação dos agrotóxicos. “Nos EUA, que é o segundo maior mercado de agrotóxicos do mundo, as agências de proteção ambiental têm 800 funcionários para avaliar produtos agrotóxicos. No Brasil, por outro lado, se reunirmos todos os técnicos do Ibama, do Ministério da Agricultura e da Anvisa, não somamos o total de 80 técnicos”.

Letícia Rodrigues da Silva é especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, gerente de normatização e reavaliação da Anvisa e responsável pelas reavaliações toxicológicas dos agrotóxicos. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como e por que a indústria de agrotóxicos se proliferou no Brasil?

Letícia Rodrigues da Silva - O uso de agrotóxicos no mundo começou com a Revolução Verde¹ ocorrida na década de 1970 e, no Brasil, por volta de

1975. Nesta época foi desenvolvido o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, que incentiva o uso de agrotóxicos e, inclusive, disponibilizava créditos para produtores rurais que quisessem utilizar esta tecnologia. Indústrias também receberam incentivos para se instalarem no Brasil. A partir disso, se fortaleceu e se disseminou o uso de agrotóxicos no país. Nos anos 1990, houve um movimento mundial de reestruturação dessas empresas e, no final dos anos 2000, aconteceram muitas fusões, incorporações em função do esgotamento da matriz petroquímica.

¹ **Revolução Verde:** refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do “melhoramento genético” de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. (Nota da IHU On-Line)

Desde então, muitas dessas empresas químicas começaram a atuar no ramo de sementes transgênicas e aí teve a consolidação de outro tipo de mercado: as empresas que eram grandes ficaram ainda maiores ao adquirirem empresas pequenas. Por volta de 2007 em diante, passou a se ter a entrada de empresas chinesas no mercado de agrotóxicos. Essas indústrias têm fábricas na China e trazem grande parte de seus produtos de lá em função da redução do custo de mão de obra e dos custos de produção desses produtos.

Atualmente, seis empresas são responsáveis por 105% do mercado brasileiro e, dessas, três são responsáveis por 90% do mercado nacional. Isso se repete no âmbito mundial, onde o mercado é ainda mais concentrado: seis empresas são responsáveis por 70% do mercado.

IHU On-Line - Quais são os critérios adotados no Brasil para registrar agrotóxicos? E qual a participação do setor de saúde pública neste processo?

Letícia Rodrigues da Silva - O registro de agrotóxicos é um ato compartilhado entre Ministério da Agricultura, Anvisa e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama. O Ministério da Agricultura faz a avaliação de eficácia agronômica dos produtos agrotóxicos; o Ibama faz a avaliação do impacto ambiental desses produtos; e a Anvisa analisa o impacto desses produtos à saúde humana. São exigidos estudos para todas essas avaliações e, na Anvisa, são realizados estudos com animais de experimentação para verificar que efeitos esses produtos podem causar à saúde humana. Quando os três órgãos dizem que o produto tem condições aceitáveis para saúde, para o ambiente e eficácia agronômica, é concedido o registro. Se um dos três órgãos manifesta posição contrária, o produto não pode ser registrado no país.

A lei 7802, de 1989, estabelece alguns requisitos e assegura que são proibidos registros de agrotóxicos que tenham características mutagênicas, teratogênicas e que causem efeitos hormonais, danos ao aparelho reprodutor etc. Quer dizer, a lei determina alguns critérios para proibir o registro de substâncias inadequadas. Entretanto,

os estudos dos efeitos de agrotóxicos são feitos em condições ideais de uso, de temperatura, clima e, quando esse produto passa a ser utilizado no campo, apresenta efeitos diferentes: às vezes se mostra ser mais tóxico, tem efeitos que não aparecem nos animais de experimentação, mas aparecem nos seres humanos posteriormente ao uso. Então, há uma limitação científica neste processo. Por mais que se busquem situações realistas de uso, outros fatores podem interferir na exposição de agrotóxicos.

IHU On-Line - Como e com que frequência são feitas as reavaliações toxicológicas dos agrotóxicos no Brasil? Como avalia o processo de reavaliação dos agrotóxicos no país? Ele ainda é dependente de pesquisas internacionais?

Letícia Rodrigues da Silva - As reavaliações são feitas sempre que há detecção de estudos que apontam para riscos à saúde, quer dizer, quando outros países começam a efetuar proibições, restrições e quando organizações internacionais alertam para riscos. Ainda existe um número pequeno de pesquisas sobre produtos agrotóxicos feitas no Brasil, especialmente estudos epidemiológicos, de exposição com trabalhadores. Inexistem linhas de financiamento de pesquisa para isso e, quando se faz pesquisa, encontram-se efeitos relacionados ao uso de agrotóxicos, a ingredientes ativos específicos ou a vários tipos de produtos ou grupos químicos diferentes e efeitos graves à saúde humana. Várias pesquisas estão sendo desenvolvidas no sentido de apontar efeitos de depressão, de transtornos psiquiátricos em populações expostas a agrotóxicos.

Ao fazer a reavaliação de um produto, utilizamos todas as pesquisas feitas em relação a ele. Nesse sentido, a reavaliação é uma salvaguarda. Por outro lado, ela também joga para o órgão público a responsabilidade de juntar os dados dos danos que esses produtos estão causando. Esse processo inverte o princípio da precaução, já que as empresas deveriam assegurar que seu produto apresenta todas as condições de segurança.

Aliás, todas as manifestações que

houve desde 1989 até hoje foram para afrouxar a legislação de agrotóxicos e não para torná-la mais rígida ou restritiva.

IHU On-Line - Quais as principais fragilidades da legislação brasileira em relação à regulação e a reavaliação de agrotóxicos? Como vê a posição do Brasil em relação ao rigor do uso desses produtos?

Letícia Rodrigues da Silva - As pessoas que trabalham nos órgãos governamentais têm feito o possível e o impossível para avaliar, regular e controlar esses produtos. Entretanto, temos várias fragilidades e uma delas é o número de técnicos envolvidos na avaliação dos agrotóxicos. Nos EUA, que é o segundo maior mercado de agrotóxicos do mundo, as agências de proteção ambiental têm 800 funcionários para avaliar produtos agrotóxicos. No Brasil, por outro lado, se reunirmos todos os técnicos do Ibama, do Ministério da Agricultura e da Anvisa, não somamos o total de 80 técnicos. Esse é um número pequeno de pessoas envolvidas na regulação e hoje o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Essa é a primeira fragilidade, que chamaria de fragilidade de recursos humanos.

A outra fragilidade é que a lei que rege a questão dos agrotóxicos não determina nenhum prazo para a renovação de seu registro, diferentemente do que ocorre com os registros de medicamentos que, a cada cinco anos, são renovados. Na área de agrotóxicos, uma vez que o registro foi concedido, ele fica concedido para todo o sempre e a única medida feita ao longo do tempo é a reavaliação.

A reavaliação tem se demonstrado um processo lento e demorado porque o órgão governamental é único responsável pela reavaliação. Cabe a ele juntar todas as informações para fazer a reavaliação, publicar uma nota técnica, onde são elencados os estudos que demonstram as inseguranças associadas ao produto, observar o devido processo legal, deixar as notas em consulta pública e, depois, ficar suscetível a pressões políticas e à judicialização do processo. A Anvisa colocou 14 ingredientes ativos em reavaliação no

ano de 2008 e até agora conseguimos concluir seis dessas reavaliações, com cinco ações judiciais. Embora o processo já tenha sido concluído do ponto de vista administrativo, ele continua sendo discutido do ponto de vista judicial. Então, os técnicos da Anvisa têm de ficar fazendo notas técnicas, dar suporte técnico para a defesa e a contestação. É um processo muito desgastante.

Por isso é importante que haja o controle social dos agrotóxicos. Os estudos da Fiocruz e de diversas universidades demonstram que a contaminação não afeta apenas o trabalhador rural, mas se dissemina entre os consumidores. Todos os anos os resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos demonstram a contaminação dos alimentos vendidos nos supermercados, a contaminação ambiental feita por meio da água, do ar. Muitas vezes as áreas onde estão inseridas as cidades são muito próximas das áreas de lavouras. Então, por vento e diferentes formas de contaminação, toda a população acaba sendo exposta a esses produtos.

IHU On-Line - Segundo notícias da imprensa, no próximo mês, a Anvisa divulgará os resultados anuais do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos, que em 2010 apontou irregularidades em 30% das amostras de produtos agrícolas. Pode adiantar algo?

Letícia Rodrigues da Silva - O Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos é coordenado pela Anvisa e feito por todos os estados da federação. Ele funciona da seguinte forma: os estados coletam amostras de 18 culturas alimentares (batata, banana, cebola etc.) no supermercado; essas amostras são enviadas para laboratórios e eles analisam se os alimentos estão contaminados por agrotóxicos, por qual tipo e em que quantidade.

Não sei dizer qual foi o resultado do plano de 2010, mas esses dados demonstram, de modo contínuo, contaminação de algumas culturas por agrotóxicos. No ano passado, foi detectado que agrotóxicos não autorizados no Brasil estão sendo utilizados.

IHU On-Line - A Anvisa tem algum

“Todos os anos surgem pelo menos dois ou três projetos de lei para tirarem as competências da Anvisa e do Ibama”

programa para verificar os agrotóxicos falsificados?

Letícia Rodrigues da Silva - Não, porque apenas conseguimos saber a especificação do produto registrado. Não temos como saber quais são as substâncias que existem nos produtos que entram no país por meio do contrabando ou são fabricados no fundo de quintal.

Temos feito fiscalizações nas fábricas e, de 13 empresas fiscalizadas, 11 tinham alterado as formulações sem a autorização da Anvisa. Elas registravam uma formulação e depois substituíam componentes daquela formulação e produziam produtos com outra classe toxicológica.

IHU On-Line - Que atores sociais mais pressionam a Anvisa para regular determinados produtos?

Letícia Rodrigues da Silva - Nós quase não recebemos pedidos por parte da sociedade ou de organizações e movimentos para que os órgãos do governo controlem de forma mais rigorosa essas substâncias. Recebemos frequentemente pedidos para liberação do produto X, Y, Z, de diferentes atores como, por exemplo, cooperativas, sindicatos, prefeituras, parlamentares, empresas. Praticamente, inexistem o número de pleitos onde pudéssemos dizer que existe um controle social. Costumamos dizer que é preciso que a sociedade se aproprie deste tema e diga que risco ela está disposta a correr em face da produtividade.

Todos os anos surgem pelo menos dois ou três projetos de lei para tirarem as competências da Anvisa e do Ibama. Este ano, tramitou pelo Senado um projeto de lei que propunha que a avaliação dos agrotóxicos fosse feita apenas pelo Ministério da Agricultura.

Nesse sentido houve uma manifestação da sociedade.

IHU On-Line - Como o cidadão pode identificar produtos contaminados por agrotóxicos?

Letícia Rodrigues da Silva - Frutas, verduras e legumes produzidos na estação tendem a ter menos agrotóxicos do que aqueles produzidos em estufas. Sempre que possível, o consumidor pode tentar descobrir se os produtos possuem rastreabilidade, quer dizer, saber onde o alimento foi produzido. Em várias redes de supermercados já existe esse sistema de rastreabilidade. Na gôndola onde o produto está, há um número ou uma etiqueta para identificar a sua origem. Quando se verifica uma irregularidade, é possível encontrar quem produziu aquele alimento. Também é importante variar a alimentação e consumir alimentos que possuam certificação de produção orgânica.

IHU On-Line - Até 2012 a Anvisa pretende proibir a produção e comercialização de agrotóxicos que contenham o ativo metamidofós. Quais os riscos deste ativo? E qual sua expectativa em relação a essa possível proibição?

Letícia Rodrigues da Silva - O metamidofós está com um programa de descontinuidade de uso estabelecido para quase todas as empresas. Apenas uma indústria está recorrendo judicialmente e outra está produzindo o produto no país. As demais já cancelaram as fabricações e a importação também foi cancelada. A comercialização deste ativo ainda está permitida até 2012, ficando mais um prazo para uso e, posteriormente, o uso não será mais permitido. Esse cronograma de descontinuidade foi estabelecido para que não se tenha estoque remanescente do produto e nem incremento de uso legal.

O metamidofós está associado à desregulação endócrina, a efeitos imunotóxicos, e prejuízos ao desenvolvimento embriofetal. Ele está proibido em países da África, da China, da Indonésia, do Japão e do Paquistão.

Agroecologia: um modelo agrícola sustentável

“É preciso desconstruir essa concepção criada de que a produção agrícola dependia do uso de agrotóxicos”, diz o agrônomo Rubens Nodari

POR PATRICIA FACHIN

O Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos e o principal incentivador desta prática é o governo, diz Rubens Nodari à **IHU On-Line** em entrevista por telefone. “As políticas governamentais favorecem o uso de agrotóxicos porque o governo incentiva a utilização desses produtos quando, no financiamento, exige dos agricultores o uso de tecnologias. Ocorre que, para o governo, uso de tecnologias subentende utilização de sementes, fertilizantes químicos, agrotóxicos”, reitera.

Rubens Nodari é graduado em Agronomia pela Universidade de Passo Fundo - UPF, mestre em Agronomia (Fitotecnia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutor pela University Of California At Davis. Atualmente, é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que relações podemos estabelecer entre a transgenia e o uso de agrotóxicos? Produtos transgênicos ainda exigem o uso de agrotóxicos?

Rubens Onofre Nodari - Sim. Nos EUA, houve uma diminuição no uso de agrotóxicos, mas, após a liberação da transgenia, o consumo de herbicidas aumentou. No Brasil não foi diferente: depois da liberação do uso de transgênicos, o uso de agrotóxicos cresceu e o país passou a ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Isso também ocorreu na Argentina e onde mais houve liberação de transgênicos.

IHU On-Line - Quais são as razões que levam o Brasil a ser o maior consumidor de agrotóxicos?

Rubens Onofre Nodari - As políticas governamentais favorecem o uso de agrotóxicos porque o governo incentiva a utilização desses produtos quando, no financiamento, exige dos agricultores o uso de tecnologias. Ocorre que, para o governo, uso de tecnologias subentende utilização de sementes, fertilizantes químicos, agrotóxicos. Dificilmente um banco libera recursos para o custeio agrícola sem atender a esses critérios. Estudos realizados com pequenos agricultores

demonstram que a maioria deles usa esses produtos.

IHU On-Line - O uso de agrotóxicos pode prejudicar ou alterar a diversidade biológica?

Rubens Onofre Nodari - Os agrotóxicos atuam de maneira diferente nas espécies: umas sofrem mais e outras menos. Então, algumas espécies podem ser diminuídas, como os anfíbios, que são suscetíveis a esses produtos.

Além de extinguir algumas espécies, o uso de agrotóxicos irá afetar os processos ecológicos do meio ambiente. As funções ecológicas são mantidas por dois componentes: a presença dos organismos vivos e o processo ecológico em si. Então, quando se rompe a cadeia trófica, rompem-se também os serviços ambientais que estão no ecossistema. Portanto, quando o agrotóxico cai no rio e atinge a cadeia trófica, o rio perde a capacidade de ciclar nutrientes. Essa situação também ocorre no solo, no ar.

IHU On-Line - É possível utilizar agrotóxicos na medida certa?

Rubens Onofre Nodari - Por definição, o agrotóxico tem a função de inibir ou diminuir o desenvolvimento de seres vivos. Portanto, ele é um veneno e,

sendo assim, sempre será prejudicial. Não há hipótese em que a aplicação de agrotóxicos não cause efeitos secundários. O uso dessas substâncias sempre acarretará em efeitos adicionais não desejados.

IHU On-Line - Intensificou-se o uso de agrotóxicos nas florestas brasileiras. Quais os riscos desses produtos para as áreas florestais?

Rubens Onofre Nodari - Algumas espécies serão prejudicadas porque os agrotóxicos têm a função de inibir enzimas ou bloquear processos anabólicos e metabólicos em organismos vivos. Como nós temos uma biodiversidade imensa e ainda não conhecemos todas as espécies que vivem nas florestas, não sabemos quais serão os danos a essas espécies.

IHU On-Line - Que impactos ambientais o uso de agrotóxicos já causou no Brasil?

Rubens Onofre Nodari - Nós não temos trabalhos globais para demonstrar os impactos do uso de agrotóxicos no país. Os estudos realizados abordam os impactos de um tipo específico de agrotóxicos em uma espécie determinada. Os EUA desenvolvem mais estudos. Nós sabemos que aumentou o uso

desses produtos, mas não os correlacionamos com extermínio de populações ou diminuição de peixes em rios, por exemplo.

IHU On-Line - Quais os desafios da ciência, da pesquisa e da tecnologia em relação aos agrotóxicos?

Rubens Onofre Nodari - O desafio é encontrar outro sistema agrícola. Esse sistema dependente de químicos, seja na forma de fertilizantes ou agrotóxicos, está com os dias contados. Nós não temos alternativa como espécie humana.

IHU On-Line - Como vê a reação da sociedade civil em relação aos agrotóxicos?

Rubens Onofre Nodari - A população está desinformada. Se o meio acadêmico, que é informado, não reage, como a sociedade civil, que pouco conhece o assunto, irá reagir? A maior parte dos estudos sobre os efeitos dos agrotóxicos são escritos em inglês e o acesso a essas informações fica restrito a um grupo pequeno de pessoas. De outro lado, o setor do agronegócio tem apoio de políticas públicas para continuar se expandindo. A sociedade não tem informação adequada e não vai se mobilizar porque não sabe se há necessidade de fazer isso e, portanto, continuamos nesse processo de utilizar mais agrotóxicos.

Os técnicos do governo são informados, mas preferem ficar do lado atual de agricultura, que beneficia o uso desses agrotóxicos. Para se ter uma ideia, no segundo governo Lula foi criado um grupo de trabalho que se reuniu na Casa Civil com o objetivo de acelerar o registro de agrotóxicos

“A população está desinformada. Se o meio acadêmico, que é informado, não reage, como a sociedade civil, que mal conhece o assunto, irá reagir?”

por equivalência. Ou seja, o governo queria ter mais moléculas à disposição da agricultura. Então, há uma ação deliberada do Estado em favor do uso desses produtos.

IHU On-Line - É em função desse incentivo do governo que os pequenos agricultores também reiteram o discurso de que é importante utilizar agrotóxicos?

Rubens Onofre Nodari - Sim. Esse discurso foi passado para eles. Durante a Revolução Verde, tanto políticas públicas quanto as faculdades de agronomia ensinavam duas coisas: fazer análise de solo para saber quando é preciso pôr adubo; e usar agrotóxicos porque eles matam as pragas. Esse era o B-A-BÁ das escolas. Essa mensagem foi passada aos agricultores pelas empresas, pelo governo e pelos agrônomos. Como nós vamos dizer para eles que não se pode mais utilizar agrotóxicos?

O ecossistema está tão desequilibrado que, se retirar o agrotóxico, tem de ter um projeto de transição para outro projeto agrícola. Precisa ter uma ação que possibilite ao agricultor fazer uma transição para um processo

de produção agroecológico, sem uso de agrotóxicos. Para isso, é necessário um plano, recursos do governo e agrônomos com outra visão agrícola. É preciso desconstruir essa concepção criada de que a produção agrícola dependia do uso de agrotóxicos.

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por Rubens Nodari e publicadas na IHU On-Line.

- Glifosato: “‘todo veneno deveria ser proibido’”. Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 09-04-2010, disponível em <http://bit.ly/9MfonX>
- Mudanças no Código Florestal: ‘Isto é suicídio ecológico’. Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 29-04-2009, disponível em <http://bit.ly/m9KxaV>

BAÚ DA IHU ON-LINE

A IHU On-Line já publicou outra edição sobre os agrotóxicos.

- * Agrotóxicos. Remédio ou veneno? Uma discussão. Edição 296, publicada em 08-06-2009. Acesse no link <http://migre.me/58DXH>.
- * Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo. Notícia publicada no sítio do IHU em 08-07-2010 e disponível em <http://bit.ly/cxN3UK>
- * Brasil. O maior consumidor de agrotóxicos agrícolas. Entrevista especial com Maria José Guazzelli, publicada no sítio do IHU em 07-06-2009 e disponível em <http://bit.ly/iSNosu>
- * Agrotóxicos. Um problema brasileiro. Entrevista especial com Jean Remy Davée Guimarães, publicada no sítio do IHU em 15-06-2010 e disponível em <http://bit.ly/95cvVo>
- * ‘Precisamos conscientizar a população sobre os efeitos dos agrotóxicos’. Matéria publicada no sítio do IHU em 24-09-2010 e disponível em <http://bit.ly/ag9NZH>
- * Agrotóxicos. A herança maldita do agronegócio. Entrevista com Raquel Rigotto, publicada no sítio do IHU em 23-02-2011 e disponível em <http://bit.ly/hg8dno>
- * Lançada campanha nacional permanente contra o uso de agrotóxicos. Notícia publicada no sítio do IHU em 09-04-2011 e disponível em <http://bit.ly/e6YOft>

ObservaSinós - Oficina sobre os dados censitários 2010 da Região do Vale do Sinós

Ministrantes: Prof. Ademir Barbosa Koncher,
do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Data: 24/8/2011

Horário: das 14h à 17h

Informações em www.ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevista da Semana

A era da memória total e do esquecimento contínuo

Nossos arquivos de memória estão se tornando digitais, constata Erick Felinto. Criatura simbólica, o ser humano tem relações mediadas, e aquelas “face a face” não podem ser consideradas mais autênticas do que as mediadas tecnologicamente

POR MÁRCIA JUNGES

Na opinião do pesquisador Erick Felinto, “vivemos uma era da ‘memória total’, já que a digitalização dos suportes trouxe capacidades inauditas de armazenagem de informação”. Por outro lado, existe um excesso de informação e uma rapidez que produzem “esquecimento contínuo e um apagamento do passado. O que acontece, também, é que todos os ‘arquivos’, toda nossa memória, estão assumindo a forma do digital”. Estas ponderações fazem parte da entrevista a seguir concedida por e-mail à IHU On-Line. Felinto critica o fato de as relações “face a face” serem consideradas mais autênticas do que aquelas mediadas tecnologicamente, classificadas por vezes como “ilusórias”: “Isso é de uma ingenuidade absurda. O ser humano é uma criatura simbólica. Suas relações com o mundo são, desde sempre, ‘mediadas’. Minhas relações sociais nas redes podem ser tão ou mais intensas (ou superficiais) quanto minhas conexões ‘presenciais’”. Sobre as tecnológicas que pretensamente teriam revolucionado o mundo, é enfático: “Todas as tecnologias foram de algum modo ‘revolucionárias’, especialmente no contexto histórico de sua emergência. O desenvolvimento da escrita é tão (ou possivelmente mais) ‘revolucionário’ que o surgimento da internet”.

Erick Felinto é graduado em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e doutor em Letras pela UERJ, onde atualmente leciona. cursou pós-doutorado na Universidade de Kunst, em Berlim, Alemanha. Com Ivana Bentes escreveu *Avatar: o Futuro do Cinema e a Ecologia das Imagens Digitais* (Porto Alegre: Sulina, 2010). Outras de suas obras são *A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura* (Porto Alegre: Sulina, 2005); *Silêncio de Deus, Silêncio dos Homens: Babel e a Sobrevivência do Sagrado na Literatura Moderna* (Porto Alegre: Sulina, 2008) e *A Imagem Espectral: Comunicação, Cinema e Fantasmagoria Tecnológica* (São Paulo: Ateliê, 2008). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em seu ponto de vista, quais são as tecnologias que revolucionaram o mundo?

Erick Felinto - O termo “revolucionário” é próprio de uma abordagem tipicamente marqueteira e propagandística que caracteriza boa parte da literatura não acadêmica (e também, infelizmente, acadêmica) sobre o tema das tecnologias comunicacionais. Todas as tecnologias foram de algum modo “revolucionárias”, especialmente no contexto histórico de sua emergência. O desenvolvimento da escrita é tão (ou possivelmente mais) “revolucionário” que o surgimento da internet. E já

está exaustivamente estudado como a retórica popular sobre a invenção tecnológica repete os mesmo chavões de um período histórico ao outro: o que se fala hoje sobre a internet é muito semelhante ao que se falou sobre o telégrafo no século XIX. Nesse sentido, procuro evitar expressões como essa, que produzem uma cegueira histórica danosa aos estudos de comunicação e tecnologia. Contudo, se em vez disso falarmos em transformações culturais tecnologicamente motivadas, então teremos, antes de qualquer coisa, que atentar para o caráter cíclico dessas mudanças. Essas “revoluções” pare-

cem acontecer em ondas históricas de desenvolvimento, o que põe em cheque o discurso de “novidade radical” com que as tecnologias costumam ser apresentadas. Isso não significa que não existam novidades nem mutações radicais, mas elas são um traço contínuo da história humana - quiçá mesmo da história natural. A instauração das tecnologias digitais nos apresenta, porém, um traço interessante e singular. Eles produziram uma espécie de cesura histórico-tecnológica, no sentido em que todo tipo de informação - imagética, sonora, textual - passou a ser constituído em modo digital.

Uma língua universal

A “digitalização” do mundo é um acontecimento extremamente importante, pois atinge desde nossa visão da comunicação até nossa percepção sobre a vida, agora traduzida também em forma binária (o código genético, mapeado, por exemplo, no projeto genoma humano). Se quisermos entrar no domínio do imaginário, poderíamos especular que o digital realiza um antigo sonho da Filosofia: a criação de uma *mathesis universalis*, de uma língua universal capaz de traduzir tudo em bits e bytes. Desse modo, em lugar de falar de tecnologias que revolucionaram o mundo, prefiro assinalar essa peculiaridade do paradigma digital, que afeta de modo abrangente uma série de diferentes tecnologias.

Na base dessa perspectiva que prefiro adotar está uma concepção de história totalmente não linear, marcada por saltos e rupturas (ou “catástrofes”, como já se afirmou) em vez de continuidades. A história das tecnologias demonstra esse aspecto descontínuo da nossa experiência temporal. Ray Kurzweil¹ defende uma teoria da evolução tecnológica caracterizada por transformações exponenciais ou longo da história. Ou seja, atualmente, num espaço de 40 anos, testemunhamos mais transformações do que se processou na duração inteira dos dois séculos antecedentes.

IHU On-Line - Sob quais aspectos essas tecnologias são revolucionárias e ainda prometem mudar ainda mais a vida dos sujeitos contemporâneos?

Erick Felinto - Como eu disse na resposta anterior, acho que essa expressão tremendamente problemática, e toda tecnologia desencadeia transformações radicais nos sujeitos que a vivenciam. Julian Jaynes, um psicólogo hoje quase que inteiramente esquecido, que tinha vínculos com a Escola de Toronto, desenvolveu a interessante tese de que a consciência

1 Raymond Kurzweil (1948): inventor e futurista dos Estados Unidos, pioneiro nos campos de reconhecimento ótico de caracteres, síntese de voz, reconhecimento de fala e teclados eletrônicos. Ele é autor de livros sobre saúde, inteligência artificial, transumanismo, singularidade tecnológica e futurologia. (Nota da IHU On-Line)

“O que se fala hoje sobre a internet é muito semelhante ao que se falou sobre o telégrafo no século XIX”

não é um fenômeno “naturalmente” humano, e que tem, na verdade, uma data de nascimento e uma origem histórica (por volta de 3 mil anos atrás). A emergência da consciência, para ele, estava de algum modo conectada ao desenvolvimento da escrita, que teria auxiliado num processo de distanciamento do sujeito em relação a seu próprio *self*. Reformulando o que já foi dito: toda tecnologia é “revolucionária” porque reconfigura a cultura e os processos de subjetivação. No arquivo Flusser², em Berlim, descobri um texto inédito do filósofo no qual ele estabelece uma brilhante reflexão sobre toda a cultura ocidental a partir da invenção da roda (e dos automóveis). Mais importante que enumerar tecnologias particulares, é estarmos atentos para o tipo de reconfiguração que os aparatos próprios de nosso momento histórico estão produzindo. Nesse sentido, podemos afirmar que o computador, a internet e o paradigma tecnológico digital estão cooperando para uma profunda reconfiguração do que entendemos por “ser humano”. Não é à toa que o tema do “pós-humanismo”³ é um dos mais populares, hoje, no âmbito das ciências humanas. A separação entre o natural e o artificial - se é que ela realmente existiu algum dia - está para ser dramaticamente problematizada. Há fortes indicações de que o futuro trará uma reinvenção do humano, na qual a tecnologia será literalmente “incorporada” por nós, de tal modo que as fronteiras entre ho-

2 Vilém Flusser (1920-1991): filósofo tcheco, naturalizado brasileiro. Autodidata, durante a Segunda Guerra, fugindo do nazismo, mudou-se para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, onde atuou por cerca de 20 anos como professor de filosofia, jornalista, conferencista e escritor. (Nota da IHU On-Line)

3 Sobre o tema do pós-humanismo leia a revista IHU On-Line número 200, de 16-10-2006, intitulada “O Pós-humano”, disponível em <http://bit.ly/lgSa30> (Nota da IHU On-Line)

mem e máquina poderão se esfumçar radicalmente. Se isso é positivo ou negativo, está aberto à discussão.

IHU On-Line - Numa cultura caracterizada pela comunicação de massas, qual é o lugar da memória e do esquecimento?

Erick Felinto - Não estou seguro de que nossa cultura ainda seja caracterizada pela “cultura de massas”. O digital problematizou esse conceito (mas não acabou com ele, como alguns parecem pensar), de modo que já não podemos falar hoje tranquilamente de uma “sociedade de massas”. Da multiplicação de emissores, graças a plataformas como blogs ou redes sociais, a fenômenos como a “Cauda Longa”, de Chris Anderson, as tecnologias digitais perturbaram amplamente a ideia de uma cultura de massas. Agora, é fato que os temas da memória e do esquecimento terão papel fundamental nos anos vindouros. Flusser, McLuhan, Benjamin, assim como outros pensadores das mídias mais recentes (por exemplo, Wolfgang Ernst ou R. L. Rutsky), tomam essas questões como eixos fundamentais de suas reflexões. Vivemos uma era da “memória total”, já que a digitalização dos suportes trouxe capacidades inauditas de armazenagem de informação. Contudo, paradoxalmente, esta também é a era do esquecimento, marcada pela volatilidade da informação (e também das relações sociais). Se para Nietzsche, o excesso de memória era um grave problema para o homem do ressentimento, hoje talvez possamos afirmar que estamos realizando um projeto nietzscheano (ainda que de forma bastarda). O excesso de informação, a rapidez com que as coisas se processam produz um esquecimento contínuo e um apagamento do passado. O que acontece, também, é que todos os “arquivos”, toda nossa memória, estão assumindo a forma do digital.

Para usar uma metáfora tipicamente barroca, a internet pode ser imaginada como um “palácio da memória”. Desde a Antiguidade, temos notícia do ensino de técnicas de memorização baseadas na ideia da criação de “palácios” mentais nos quais se “armazenariam” as informações desejadas na

forma de imagens e cenas (para uma excelente história dessas técnicas de memorização e dos “palácios da memória”, ver o livro de Frances Yates, *The art of memory*). Hoje, a internet funciona como nosso grande repositório da memória (em formas visuais, auditivas, escritas...), mas nosso maior problema passa a ser, agora, como, em meio à gigantesca névoa de dados que nos cerca, *chegar à informação* que é realmente relevante para nós, filtrando todo o inessencial.

IHU On-Line - O que podemos compreender por imaginário da cibercultura?

Erick Felinto - Imaginário é um conceito complexo e profundo, que pode ser definido de muitas diferentes maneiras. Para simplificar, digamos que um imaginário é, ao mesmo tempo, um repositório de *imagens* e uma “faculdade” de criação de imagens. Em outras palavras, um imaginário é uma tradução do mundo em imagens, compostas por mitos, símbolos, representações mentais. Uma forma rápida de definir o que seria o “imaginário da cibercultura” é explicar que nossa relação com os aparatos nunca é unicamente (ou mesmo prioritariamente) racional. Símbolos e mitos atuam frequentemente como mediadores de nossa relação com as máquinas, inclusive (e talvez especialmente) com os aparatos da cibercultura, como o computador. Aliás, poucas tecnologias foram tão poderosas em gerar imaginários como o computador, que aparece ao longo de nossa história - por exemplo, na ficção científica - como entidade dotada de vida autônoma, por vezes benéfica, por vezes maléfica. A história dos autômatos, como bem ilustra o belo estudo de Philippe Breton, *À l’image de l’homme*, mostra nossa relação contraditória com esses seres, que em nossas ficções frequentemente se voltam contra seus criadores. O mito de Frankenstein tem aqui um papel estrutural. Mas eu diria que o imaginário da cibercultura tem raízes fortemente religiosas, e explico isso melhor numa das respostas seguintes.

IHU On-Line - Analisando especificamente as tecnologias “mobilidade”,

“Mais importante que enumerar tecnologias particulares, é estarmos atentos para o tipo de reconfiguração que os aparatos próprios de nosso momento histórico estão produzindo”

“computação em nuvem” e “objetos inteligentes”, que tipo de imaginário tecnológico pode ser constatado em nossa sociedade?

Erick Felinto - Essa pergunta confunde algumas categorias. Em primeiro lugar, “mobilidade” não é uma tecnologia, mas sim um aspecto relevante do paradigma tecnológico dominante na contemporaneidade. O fato de que os computadores e sistemas inteligentes podem estar em toda parte, a miniaturização dos aparatos e a possibilidade de conexão constante compõem o cenário tecnológico contemporâneo e fazem do tema da mobilidade um eixo importante. Mas obviamente, a mobilidade não é uma “tecnologia”. Em segundo lugar, ainda que esses três fenômenos possam se manifestar em conjunto, não há ligação direta necessária entre eles - e, portanto, não se compreende porque deveríamos tomá-los como balizadores especiais para uma definição do “imaginário tecnológico da nossa sociedade”. Se existe alguma relação importante entre os três termos é o fato de que nosso atual paradigma tecnológico é caracterizado pela ubiquidade. Não existe mais centro, não há mais uma “visibilidade” específica do tecnológico (que muitas vezes opera por trás de caixas pretas ou fora do alcance de nossos olhos). A noção de “internet das coisas” me parece, nesse sentido, extremamente reveladora. Imaginemos um mundo de máquinas diminutas operando por toda parte, todas conectadas entre si e desfrutando de uma espécie de “inteligência compartilhada”. Esse é um futuro

bastante provável que nos aguarda e que mostra a profunda relação entre os aspectos *materiais e imateriais* da cultura tecnológica contemporânea - algo que nem sempre se percebe com a necessária profundidade.

IHU On-Line - O que é a religião das máquinas a que se refere em seu livro? Como essas máquinas ajudam a compor o imaginário da cibercultura?

Erick Felinto - A religião das máquinas é um título fantasioso, inspirado, por sua vez, num livro bastante fantasioso e estranho, *La religion des géants et la civilisation des insectes*, de Denis Saurat. Ele pode ser lido tanto como uma imagem ficcional (imaginemos que as máquinas inteligentes desenvolvam uma cultura e criem sua própria religião...) quanto como indicador de um aspecto essencial do imaginário tecnológico contemporâneo: sua relação com a religião. Como já apontaram diversos autores, a cibercultura é pródiga em produzir mitos de cunho espiritual, como a ideia da internet como “Nova Jerusalém Celestial” ou do internauta como “anjo eletrônico”. Os vínculos da tecnologia com a religiosidade são bastante antigos, como demonstra o estudo de David Noble, *The religion of technology*. Desde pelo menos a Idade Média, ela é entendida no âmbito de um projeto de transcendência da condição humana, de modo a nos aproximar de Deus ou mesmo suplantá-lo. Um dos aspectos mais interessantes do mito bíblico da Torre de Babel (mas muito pouco estudado) é sua dimensão tecnológica. Os homens desenvolvem uma nova técnica para construir a torre e se acercar de Deus no céu. Mas com isso ameaçam o domínio da autoridade divina e são afligidos com a diferenciação linguística. Esse mito tem ressonâncias muito relevantes nos dias de hoje. Se prestarmos um pouco mais de atenção nas grandes fábulas contemporâneas da cibercultura, em suas representações ficcionais, vamos perceber claramente uma teia de valores ou noções religiosas ligadas ao mundo tecnológico. O filme *Matrix*, que analiso no primeiro capítulo do livro, é um excelente exemplo disso.

IHU On-Line - O que explica a postura de idolatria, euforia e inclusive de ingenuidade de algumas pessoas em relação às tecnologias como a internet, por exemplo?

Erick Felinto - Ela se explica, pelo menos em parte, por nossa colossal ignorância histórica. O discurso da “revolução tecnológica” se funda numa mitologia da transcendência que surge quando esquecemos o passado e deixamos de relativizar o “novo”. De fato, acho que o problema de muitos estudos sobre a cultura tecnológica, hoje, é sua extrema limitação de escopo - tanto em termos temporais (a assustadora ignorância de muitos pesquisadores em relação à história da tecnologia e da cultura) quanto de foco (o olhar é quase sempre microscópico, incapaz de enxergar os problemas numa dimensão panorâmica). A função de pensadores do “risco” - ou “proféticos”, como os define um amigo meu - é buscar esse olhar panorâmico que muitas vezes nos falta. Esses pensadores (Flusser é um bom exemplo) assumem muitos riscos e podem certamente cometer muitos erros. Contudo, até mesmo seus erros são frequentemente interessantes e reveladores. Bruno Latour, um pensador a quem muito admiro, escreveu com Antoine Hennion um texto sobre Walter Benjamin no qual critica radicalmente o famoso ensaio *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. O texto é sintomaticamente intitulado *How to make mistakes at so many things at once - and become famous for this*. Mesmo concordando com algumas das reprimendas dos autores a certas teses de Benjamin no ensaio, considero o artigo de Latour equivocado. Se Benjamin cometeu muitos erros - e ficou famoso por causa deles -, foi porque assumiu grandes riscos em seu pensar. E esses riscos e seus equívocos abriram o caminho para vários pensadores e teóricos depois dele. Como diz a célebre sentença de Bernardo de Chartres, “somos anões nos ombros de gigantes, mas por isso enxergamos melhor e mais longe”.

No Brasil, a pesquisa e o texto acadêmico no campo da comunicação vêm assumindo uma feição tecnicis-

ta e microscópica que acaba nos limitando a tabular números, analisar questionários e quantificar dados. Tudo isso é muito importante, mas o que marca a excelência num domínio do saber é o surgimento desse pensamento do risco, capaz de lançar sobre a realidade olhares mais vastos e mais fundados numa sinfonia de diferentes saberes articulados. Enquanto por aqui ficamos exaustivamente discutindo os limites legítimos e os fundamentos epistemológicos do “campo da comunicação”, em outros cenários acadêmicos estão se descortinando fascinantes novos temas e objetos de pesquisa ligados às mídias e à cultura das mídias. Para mim, um dos campos de pesquisa mais intrigantes que se descortinou nos últimos anos (com origem na Alemanha) é a chamada “arqueologia da mídia” (*Archäologie der Medien*). Creio que ela representa um antídoto importante contra a amnésia histórica que caracteriza boa parte da pesquisa sobre os meios hoje, mas pouquíssima gente no Brasil sabe sequer de sua existência.

IHU On-Line - O que pensa sobre a crítica de alguns teóricos que consideram que as redes sociais promovem uma ilusão de contato?

Erick Felinto - Não creio que se trate de ilusão. Aliás, por que razão devemos dizer que as relações “face a face” são “autênticas” e as mediadas tecnologicamente (nas redes sociais, por exemplo) são “ilusórias”? Isso é de uma ingenuidade absurda. O ser humano é uma criatura simbólica. Suas relações com o mundo são, desde sempre, “mediadas”. Minhas relações sociais nas redes podem ser tão ou mais intensas (ou superficiais) quanto minhas conexões “presenciais”. E meus contatos e relações fundamentais no dia a dia se dão tanto com seres humanos quanto com os aparatos e objetos que me cercam. Está mais do que na hora de revermos o humanismo rasteiro e o antropocentrismo ingênuo que operam, muitas vezes, no fundo das nossas interpretações do mundo. Ser humano é ser profundamente artificial e ter, desde sempre, uma relação visceral com a tecnologia.

PARTICIPE DOS EVENTOS DO IHU. A PROGRAMAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE ESTÁ DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Livro da Semana

ROCHA, Maria Aparecida Marques da. Processo de inclusão ilusória: o jovem bolsista universitário. Jundiaí: Paco Editora, 2011.

Bolsas universitárias: um processo de inclusão ilusório

Estudantes bolsistas não vivem uma fase tranquila na universidade, e não é possível se falar em processo de inclusão completo, pondera a assistente social Maria Aparecida Marques da Rocha

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

“Os jovens alunos bolsistas não vivenciam a vida acadêmica em sua totalidade, devido às injunções pertinentes à sua condição socioeconômica cultural que impedem que isso aconteça na realidade concreta. O processo de inclusão acadêmica, mesmo para os alunos que têm bolsa de estudos na universidade, não se dá de forma completa. Por isso, entendemos que a sua permanência na formação superior é intranquila e que o processo de inclusão é ilusório, diferentemente do que o sistema de ensino superior brasileiro preconiza e defende, isto é, que o jovem bolsista, por ter uma bolsa de estudos, tem assegurada sua total inclusão acadêmica na universidade comunitária”. As conclusões fazem parte da entrevista a seguir, concedida por Maria Aparecida Marques da Rocha na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, sobre seu livro *Processo de Inclusão Ilusória: a condição do jovem bolsista universitário* (Jundiaí: Paco Editora, 2011).

Maria Aparecida é graduada, especialista, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS com a tese que acaba de ser convertida em seu presente livro. É autora de *Creche para crianças de até dois anos: o que pensar* (Porto Alegre: Da Casa Editora, 1997). Atualmente, leciona na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Confira a entrevista.

IHU On-Line - A partir da sua pesquisa, quais suas conclusões em relação ao acesso e permanência do jovem bolsista no ensino superior?

Maria Aparecida Marques da Rocha - As conclusões são sempre preliminares; não são um ponto final. Significam um arremate num determinado tempo e espaço. Com base nos dados analisados do estudo, concluímos que os jovens alunos bolsistas não vivenciam a vida acadêmica em sua totalidade, devido às injunções pertinentes à sua condição socioeconômica cultural que impedem que isso aconteça na realidade concreta. O processo de inclusão acadêmica, mesmo para os alunos que têm bolsa de estudos na universidade, não se dá de forma completa. Por isso, entendemos que

a sua permanência na formação superior é intranquila e que o processo de inclusão é ilusório, diferentemente do que o sistema de ensino superior brasileiro preconiza e defende, isto é, que o jovem bolsista, por ter uma bolsa de estudos, tem assegurada sua total inclusão acadêmica na universidade comunitária. Compreendemos que tal premissa se dê aparentemente de forma simplista, havendo a necessidade de se fazer uma leitura crítica sobre essa situação que reflete uma das expressões da questão social. Ter bolsa de estudos não constitui para o jovem bolsista um “porto seguro” para permanecer na universidade, haja vista os discursos dos estudantes que revelam em cada pronunciamento a necessidade que têm de buscar

recursos financeiros, para manterem-se estudando.

Além disso, ao olharmos o ensino superior brasileiro e o segmento juvenil, fica uma certeza: falta muito ainda para que políticas públicas mais amplas possam ocorrer no sentido de açambarcar essas outras necessidades que se mostram como impeditivos de uma plena inclusão acadêmica.

IHU On-Line - Como avalia as bolsas universitárias como Filantropia e o Programa Universidade para Todos, ProUni? Elas são compreendidas como um processo de inclusão ou inclusão ilusória?

Maria Aparecida Marques da Rocha - Entendo que o acesso ao ensino superior via o sistema de bolsas de es-

tudo no caso Filantropia e ProUni¹ é válido como um aporte importante, como oportunidade de ingresso e permanência dos jovens provenientes das classes de menor poder aquisitivo da população brasileira. Contudo, discordo do fato de que apenas o fato de o jovem ter uma bolsa de estudos assegure sua total inclusão na universidade, como geralmente é preconizado e defendido pelo sistema de ensino superior brasileiro.

IHU On-Line - Que foco as políticas públicas poderiam ter para incluir os jovens na universidade?

Maria Aparecida Marques da Rocha - O sistema de educação de um modo geral, e especificamente o ensino superior, necessita da criação e gerenciamento de políticas públicas socioeducacionais consistentes, em que sejam levadas em conta não apenas as necessidades reais destes jovens que buscam na formação superior a possibilidade de ascensão social, mas também a garantia de seu direito ao desenvolvimento como ser humano mais completo, que busca conhecimento e realizações mediante a continuidade dos estudos. O fato de uma considerável parcela da população brasileira ter baixo poder aquisitivo faz com que os jovens, provenientes destes extratos da população, não tenham como escapar de tal situação, necessitando de bolsas de estudos, bem como de auxílio para locomoção e alimentação. Ainda assim para muitos, estas condições não seriam as mais favoráveis. Provavelmente, se uma parcela deste segmento jovem da população estivesse estudando em universidades públicas, permaneceria com algumas destas dificuldades, devido à pauperização da população.

¹ ProUni: Programa Universidade para Todos foi instituído em 2004 pelo Governo Federal do Brasil, pela Medida Provisória (MP) nº 213, de 10/09/2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096, de 13 janeiro de 2005 e regulamentado pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. O programa destina-se, conforme disposto no Caput do art. 1º do Decreto supracitado, a conceder bolsas de estudo integrais e parciais de 50% ou de 25%, para estudantes de cursos de graduação ou sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (Nota da IHU On-Line)

“É necessário que se estabeleçam metas para haver maior acesso e permanência com sucesso das populações de menor poder aquisitivo, como ocorre em outros países em desenvolvimento e desenvolvidos, sob pena de avançarmos muito lentamente, num mundo que se transforma rapidamente”

IHU On-Line - Como avalia o processo de inclusão nas universidades brasileiras? Desde a formação das universidades no país, percebe avanços?

Maria Aparecida Marques da Rocha - A democratização do ensino superior, nos últimos anos, tem apresentado alguns avanços. Entretanto, as formas de acesso e permanência do jovem neste nível de ensino apresentam inúmeras limitações, principalmente daqueles oriundos das classes populares. Mesmo com iniciativas do MEC como o ProUni, Reuni², ações afirmativas entre outros, ainda assim é desalentador o tamanho da exclusão universitária. A permanência na universidade e sua conclusão com sucesso, tanto na universidade pública como privada, apresenta exigências de custeio que vão além do pagamen-

² Reuni: Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais visa integrar todas as universidades federais a uma hierarquia única de administração, além da ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior. (Nota da IHU On-Line)

to de matrícula e mensalidades, ficando, então, mais acessível àqueles que provêm das classes média e alta da sociedade. Cabe aos demais, devido à insuficiência de recursos financeiros, buscarem apoios nos sistemas de benefícios aos estudos superiores oferecidos pelo governo federal, estadual e municipal, ou mesmo às próprias instituições superiores de cunho privado, convertidos em programas de financiamentos ou bolsas de estudos parciais ou integrais. Nota-se que os recursos existentes são insuficientes para o grande contingente de estudantes dos cursos de graduação que buscam esses recursos.

IHU On-Line - Quais os desafios da educação universitária no Brasil?

Maria Aparecida Marques da Rocha - Os desafios da educação universitária são muitos e merecem ser analisados com a devida atenção. Verifica-se uma explosão de demanda pelo ensino superior no Brasil, consequência do aumento no número de alunos matriculados e concluintes no ensino médio. Essa elevação da demanda provoca uma violenta pressão na sociedade pelo aumento de vagas na educação superior. Mesmo com uma grande expansão do ensino superior brasileiro, principalmente entre os anos de 1989 e 2002, não foi possível cumprir a meta prevista no Plano Nacional de Educação - PNE, que é de ter 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados na educação superior.

Enfim, a necessidade de incremento substancial de recursos financeiros em políticas socioeducacionais mais bem definidas e comprometidas é o caminho possível para a reversão do quadro a médio e longo prazo. Fato que só poderá ocorrer com decisões políticas realmente comprometidas com o desenvolvimento do país e que visem à concretização de justiça social.

IHU On-Line - Em que consistiria, na sua avaliação, uma universidade inclusiva?

Maria Aparecida Marques da Rocha - Quando ela trata a educação como um direito, levando em conta a emancipação do sujeito. No Brasil do século XXI ainda somos carentes quanto ao res-

peito das necessidades básicas, como saúde, segurança, moradia, educação, embora - mesmo que se constituam em direitos - ainda estejam no patamar de serem minimamente cumpridos. Portanto, são desrespeitados, apesar de toda a legislação social vigente que ampara, justifica e preconiza-os num Estado democrático.

É necessário que se estabeleçam metas para haver maior acesso e permanência com sucesso das populações de menor poder aquisitivo, como ocorre em outros países em desenvolvimento e desenvolvidos, sob pena de avançarmos muito lentamente, num mundo que se transforma rapidamente. O governo reconhece que a tarefa é árdua, uma vez que está condicionada à conjuntura social e econômica, além da vontade política.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Maria Aparecida Marques da Rocha - O estudo realizado resultou no livro *Processo de Inclusão Ilusória: o jovem bolsista universitário*, e trabalhou com o conhecimento gerado pela existência de dois conceitos de moratória juvenil, vital e social. Entendo que estes conceitos podem transformar-se em importante aliado quanto ao uso de critérios para pesquisas futuras sobre juventude, bem como para a organização de políticas sociais voltadas à juventude, uma vez que se torna mais presente e clara a ideologia que permeia a produção sobre juventude.

Por fim, o livro compartilha um conhecimento específico sobre aqueles jovens que têm bolsa de estudos e que, ao olhar de muitos, se mostram como sujeitos tidos por “terem muita sorte”, devido à bolsa de estudos. Calçadas na pesquisa realizada, entendo que ela não nega isso, mas nos remete a ir além, quando possibilita a discussão de qual é a real qualidade desta inclusão, atenta aos condicionamentos pertinentes à condição de juventude no Brasil, uma vez que leva o jovem bolsista das classes de menor poder aquisitivo a ingressar mais rapidamente no mundo adulto.

EAD - Jesus e o reino no Evangelho de Marcos - 2011



O INÍCIO DO EVANGELHO DE MARCOS (Mc 1,1-15)

Contexto histórico e literário do Evangelho de Marcos

De 29 de agosto a 04 setembro - Jesus, o Messias, e as expectativas messiânicas (Mc 1, 1-15)

Horário: Ensino a distância (EAD) - Livre

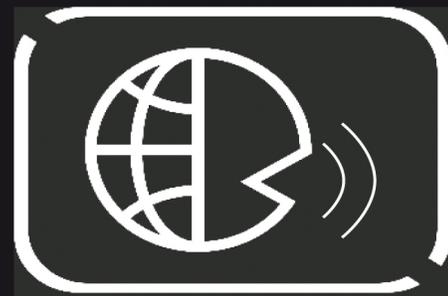
Informações em www.ihu.unisinos.br

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



Os contornos e nuances de uma mídia regulamentada: um caminho mais democrático

POR ALÉXON GABRIEL JOÃO*

Mesmo sendo a liberdade de expressão e informação um ato democrático que todos deveriam exercer, ainda existem muitos que, além de desconhecer, passam a acreditar que exigir a regulamentação da mídia abriria lacunas para restringir tais liberdades. Isso é resultado de anos de desinformação, eficiente propaganda das grandes empresas de comunicação para manter e prosperar sua posição hegemônica, resultando no confortável oligopólio do setor da Comunicação Social no Brasil. Nesse mesmo viés, é quase que naturalizado o movimento feito pelos parlamentares em legislar em causa própria, concedendo aumentos significativos e privilégios a si próprios, assim como não informar a população sobre questões que atingem seus interesses particulares. Tais interesses em geral são monopolistas, antidemocráticos e, na maioria das vezes, estão em sintonia com os grandes grupos comunicacionais do país que sempre mantiveram uma relação estreita com o poder, salvo raras exceções. Estas, na contramão dessa tendência, acabam se constituindo na voz dissonante desse jogo.

Mas vale ressaltar, a regulamentação da mídia está prevista desde a

Constituição Federal de 1988 (artigos 221, 222 e 223). Nela já se abria a possibilidade para se criar um Conselho de Comunicação Social, instituído pelo Congresso Nacional (art. 224) como órgão auxiliar (e hoje inoperante) da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No texto constitucional, o papel das leis da mídia e da imprensa é servir de instrumento regulador das atividades dos veículos de comunicação e definir os limites entre o direito à expressão e à informação e os interesses individuais de grupos sociais, empresas, pessoas e entidades. Criar mecanismos reguladores significa impedir a propriedade cruzada e concentração e controle dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias e oligarquias políticas; garantir a pluralidade e diversidade de ideias e incentivar a competição entre empresas produtoras de bens simbólicos e modelos não empresariais desta mesma produção. Vale lembrar que um novo marco regulatório abrangeria além da radiodifusão (um bem público), também as novas tecnologias (banda larga, internet, telefonia móvel, etc.).

Estados de capitalismo avançado e com democracias formais está-

* Jornalista, mestre em Comunicação Social, integrante e pesquisador do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade - Cepos, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos e discente na Especialização em TV Digital. Email: <alexon_gabriel@ig.com.br>.

veis possuem órgãos fiscalizadores, como é o caso da França que, desde 1881, possui a sua Lei de Imprensa, influenciando outros países, como Portugal. Na lei francesa a liberdade de expressão e informação é garantida, com a livre circulação de jornais sem regulação governamental, assim como a internet. Portugal criou há cinco anos a Entidade Reguladora para a Comunicação Social que, além de ajudar na construção de políticas públicas do setor, cria e fiscaliza concessões de TV, rádio, telefonia e telecomunicações em geral, assim como serve de instrumento regulador de jornais impressos, blogs e sítios independentes. Nos EUA há uma série de regras contidas nas mais diferentes legislações e não uma lei de imprensa específica. A de maior destaque é a famosa primeira emenda da constituição, onde a liberdade de expressão é garantida como um dos direitos fundamentais da sociedade.

Já no Brasil, o único instrumento fiscalizador do setor - a Lei da Imprensa - foi derrubado pelo Superior Tribunal Federal - STF o que deixou um enorme vácuo nessa área, motivando o jurista e professor Fábio Konder Comparato a ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Nela, o STF se veria obrigado a regulamentar os direitos de resposta na mídia, os princípios dos meios de comunicação e a regionalização da produção (art. 221), e a omissão que existe em relação à

“Estados de capitalismo avançado e com democracias formais estáveis possuem órgãos fiscalizadores, como é o caso da França que, desde 1881, possui a sua Lei de Imprensa”

proibição de monopólio e oligopólio no sistema de comunicação (art. 220).

Um país democrático, garantidor da plena voz do seu povo deve trabalhar no sentido de construir ferramentas eficazes que sejam capazes de promover a cidadania e o bem-estar. Isso passa necessariamente pela efetiva construção de políticas públicas eficientes e que estejam em sintonia com os anseios da população. Hoje, por exemplo, vive-se um momento impar com o advento da TV digital. Com ela se traz à tona a necessidade de reformular a legislação, criando um marco regulatório geral, superando, a partir de princípios comuns, a contraditória legislação brasileira para a comunicação social e telecomunicações.

Antes disso, existem questões-chave que normatizam qualquer iniciativa de regulamentar o setor. A primeira delas é reconhecer a centralidade da palavra “público” em toda e qualquer iniciativa de estruturação de um sistema comunicacional democrático. No caso, significa criar, mesmo que em disputa com um sistema comercial hegemônico, outros dois sistemas complementares, o estatal e o público não estatal de rádio e TVs abertas, com qualidade técnica e de programação e com fontes de financiamento garantidas. A outra é efetivamente fazer com que as concessões sejam de fato outorgas de serviço público, e não, como hoje, licenças frouxas, que tornam o uso das radiofrequências uma atividade quase privada. Assim como reconhecer que o momento atual de transição tecnológica possibilita aumentar os atores estatais, públicos e privados, que são capazes de prover a sociedade com as mais variadas programações informativas, culturais, jornalísticas e entretenimento.

Não se pode pensar a comunicação sem um aparato de regulação eficaz e permeado pela sociedade civil organizada. Se estas diretrizes forem seguidas pelos agentes envolvidos, haverá no futuro próximo outra concepção de cidadania, sustentada em pilares democráticos mais sólidos e voltada para as majorias. Somente assim poderemos dizer que estamos no caminho de um país democrático e mais igualitário.



Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 28-6-2011 a 03-6-2011.

Quanto vale um retuite?

Entrevista especial com Gabriela Zago, jornalista, doutoranda em Comunicação e Informação pela UFRGS

Confira nas Notícias do Dia de 28-06-2011

Acesse no link <http://bit.ly/kmLBiF>

Ao encarar o ato de retuitar como uma moeda de troca na rede social, a jornalista aponta que existe uma economia do retuite que busca determinados valores, geralmente associados a bens privados.

Militares ameaçam religiosos em Goiás

Entrevista especial com Tomás Balduino, bispo emérito da diocese de Goiás e conselheiro permanente da Comissão Pastoral da Terra, e Geraldo Labarrère Nascimento, padre jesuíta, diretor da Casa da Juventude de Goiânia, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal de Assistência Social, ameaçado de morte.

Confira nas Notícias do Dia de 29-06-2011

Acesse no link <http://bit.ly/IP4sgH>

Assassinatos sem fundamento, um grande número de desaparecidos e uma infinidade de pessoas agredidas sem motivo. Todos esses abusos têm sido praticados pela polícia de Goiás. Alvo de denúncias tanto por parte da população quanto por parte da Igreja local, os militares têm não apenas defendido sua forma violenta de atuar como também têm criado estratégias de ameaças que vão desde plantar informações inexistentes quanto pressionar bispos para transferirem os religiosos que têm defendido as vítimas da polícia.

Banco Mundial: o principal financiador da crise climática global

Entrevista especial com Sebastian Valdomir, coordenador

do Programa de Justiça Econômica de Amigos da Terra Internacional

Confira nas Notícias do Dia de 30-06-2011

Acesse no link <http://bit.ly/jl0VCI>

Ao promover e financiar a energia suja, o Banco Mundial é colocado como um dos principais culpados pela crise climática global pelo ativista ambiental. “O Banco Mundial é, ao impor seu pacote paradigmático de soluções, um dos principais envolvidos nas mudanças climáticas em nível global”.

“O Código Florestal cria o caminho ‘legal’ para concluir a grilagem da terra”

Entrevista especial com Mauricio Torres, professor de Geografia na USP

Confira nas Notícias do Dia de 01-07-2011

Acesse no link <http://bit.ly/iLm4HM>

“Entendo que a pesquisa nas situações de conflito não pode se limitar ao modelo onde o pesquisador ocupa o papel de sujeito, como agente das ações de perguntar e registrar, e o grupo estudado se limita a ser objeto da pesquisa”, acentua o pesquisador.

O caso Dom Morris e a tensão entre liberdade e obediência
Entrevista especial com Paul Collins, historiador e escritor australiano

Confira nas Notícias do Dia de 03-07-2011

Acesse no link <http://bit.ly/jfbhVC>

A diocese de Toowoomba na Austrália abrange uma área de 488.000 quilômetros quadrados, quase uma vez e um terço o tamanho da Alemanha. Sua população é de 244.000 pessoas, das quais 26% são católicos. Seu pastor, D. William M. Morris, buscava soluções para equilibrar a balança entre o déficit de vocações e as grandes dimensões geográficas e populacionais de sua diocese. Mas foi removido pelo Vaticano em maio deste ano por defender saídas consideradas extremas, como a ordenação de mulheres e de homens casados.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

IHU Repórter

Ronaldo Henn

POR GRAZIELA WOLFART | FOTO ARQUIVO PESSOAL

“Sou curioso e um tímido espalhafatoso, como diz a canção do Caetano Veloso”. É desta forma que se autodefine o professor Ronaldo Henn, do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos. Nascido em Caxias do Sul-RS, teve a infância marcada por fortes experiências, que contribuíram para a formação de sua personalidade.

Leia, a seguir, aspectos da trajetória de vida deste pesquisador que adora caminhar, ir ao cinema e estar com os amigos.



Origens e lembranças da infância - Nasci em Caxias do Sul. Minha mãe era operária da indústria têxtil e meu pai era funcionário da CEEE. Éramos uma família humilde, com poucos recursos. Meu pai faleceu muito cedo, quando eu tinha apenas dois anos, vítima de um acidente. A morte do meu pai foi uma marca muito profunda na minha infância. Além da perda, teve também o impacto econômico. Minha mãe teve que dar conta de sustentar a mim e a minha irmã mais velha. Mesmo nesse contexto sempre aprendemos que seria muito importante que estudássemos. Lembro-me que havia um senso comunitário entre os vizinhos, de solidariedade entre as pessoas do bairro. Outra questão marcante da minha infância é que sou da primeira geração que cresceu tendo um televisor dentro de casa. Mesmo assim, as pessoas se reuniam em volta da mesa ou nos pátios para contarem histórias. Outro elemento muito presente dessa época é o rádio. Ouvíamos a Rádio Princesa, com uma programação musical de altíssima qualidade. Muito do meu gosto musical veio com essa matriz.

Trabalho desde cedo - Ainda quando criança, de 8 a 12 anos, tive que trabalhar para poder ter meu pró-

prio dinheiro. Adorava ir ao cinema e precisava dinheiro para isso. Então, vendia pastéis nas portas de fábrica, vendia picolés e ainda catava material reciclável. Mas esses trabalhos nunca prejudicavam meus horários de estudos. Quando eu estava na 8ª série do ensino fundamental, consegui um emprego de office-boy e passei a estudar à noite.

Formação - Iniciei meus estudos em escola pública, em Caxias do Sul, na época em que o ensino público era de qualidade. Lembro que a professora nos levava para a biblioteca da escola, para ficarmos lendo, o que me estimulou o gosto pela leitura. Estudei em Caxias até parte do ensino médio. Depois me mudei para São Leopoldo e terminei o ensino médio no Colégio São Luís. Então, fiz a graduação em Jornalismo na Unisinos e tive aulas com professores admiráveis da área das ciências humanas que foram muito importantes na minha formação. Quatro anos depois que me formei, em 1988, decidi fazer mestrado e escolhi a PUC-SP que abrigava um pensamento sobre comunicação muito instigante. Consegui uma bolsa integral da Capes, que me pagava o curso e também me garantia um salário. Pela primeira vez na

minha vida vivi na situação de poder só estudar. Conclui o mestrado em 1994 e em 1996 voltei para a PUC-SP para fazer o doutorado. Eu já trabalhava na Unisinos e havia um incentivo da universidade de que seus professores se capacitassem. Então, fui beneficiado por isso e pude fazer meu doutorado financiado pela própria universidade.

Jornalismo e carreira profissional - Como eu gostava de ler jornal, com 12 anos de idade fiz uma assinatura do Correio do Povo, com o dinheiro que eu ganhava vendendo as coisas que contei. Eu tinha aquele idealismo de que o Jornalismo poderia mudar o mundo. Isso me fez escolher o curso. Ainda durante a faculdade comecei a trabalhar no Jornal VS. Também fiz freelancer na revista Contigo e IstoÉ. Quando terminei os créditos do mestrado, voltei de São Paulo, me instalei em Porto Alegre para concluir a dissertação, e comecei minha carreira no ensino acadêmico. Fui contratado pela Ulbra, para a primeira turma de Jornalismo, onde fui professor até 1994. Nesse meio tempo também entrei na Unisinos como professor, onde estou até hoje. Na época do meu ingresso, recém havia sido implementado na universidade o mestrado que, na ocasião, era de semiótica e

depois deu origem ao que é o PPG em Ciências da Comunicação hoje. Retornei do doutorado em 2000, entrando automaticamente para o corpo docente de pesquisadores do PPG. Nessa trajetória, uma das experiências mais importantes que tive na Unisinos foi o grupo de pesquisa transdisciplinar sobre criminalidade e violência. Foi desafiador para nós, pois conseguimos fazer, entre outras coisas, um diagnóstico sobre a violência no município de São Leopoldo. Infelizmente, esse grupo acabou sendo extinto.

Serviço militar - Tive que interromper a faculdade de Jornalismo por um tempo, porque em 1979 entrei para o quartel. Servi no 16º Batalhão, ao lado da Unisinos, durante um ano inteiro. Foi um período muito complicado. Minha inserção no quartel foi difícil por questões políticas. 1979 foi o ano da chamada “abertura”. Tivemos a anistia, eclodiram greves no ABC e aqui na região também. Era um momento politicamente fervilhante e os quartéis ainda estavam muito ligados à perspectiva mais dura do regime militar. O comandante deste quartel era o Carlos Alberto Brilhante Ustra¹, que liderava as listas dos princi-

¹ Carlos Alberto Brilhante Ustra: coronel reformado do Exército Brasileiro, ex-comandante do DOI/CODI/IIEx de 1970 a 1974 e o primeiro oficial brasileiro a ser declarado torturador em uma sentença judicial. O sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) publicou uma série de matérias sobre Brilhante Ustra. Acesse e leia mais. (Nota da IHU On-Line)

pais torturadores do país. Eu já tinha vínculos muito fortes com ideias democráticas, com uma inclinação para a esquerda. Então, estar naquele lugar era bastante complicado. Evidentemente que eu tinha que ficar mudo em relação a tudo isso. Mas no fim deu tudo certo.

Cotidiano - Atualmente, moro em Porto Alegre. Eu e minha irmã nos revezamos nos cuidados com nossa mãe, que já tem 93 anos. Minha estrutura doméstica atualmente é vinculada a essa questão.

Autor - Walter Benjamin.

Livro - *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

Filme - *Amarcord*, de Federico Fellini.

Nas horas livres - Caminhar, ir ao cinema e estar com os amigos.

Política - Hoje está muito melhor do que já foi. Vivemos num espaço de liberdade e de avanços democráticos muito significativos, apesar de todos os problemas que ainda possuímos. Quem viveu o período de ditadura e vive hoje esse aperfeiçoamento das instituições democráticas, é incomparável a sensação de estar num bom momento político.

Religião - Sou católico, mas faço o que a maioria dos brasi-

leiros faz, que é o *self-service* religioso, colhendo um pouco de cada crença e fazendo um mix para construir a minha espiritualidade. Minhas crenças são para mim, para minha vida íntima e para meus valores. Não faço delas uma arma de difusão de ideias.

Um sonho - Escrever ficção.

Unisinos - Uma instituição que cresceu muito nos últimos anos, sobretudo na qualificação da pesquisa, da pós-graduação e desse patamar de excelência que se espera de uma universidade. Está vivendo um momento de mudanças administrativas, de gestão, e que eu acompanho com muita atenção para ver onde vai dar.

IHU - É um dos campos mais interessantes que a Unisinos tem. É um espaço de discussão e difusão de ideias de grande profundidade e diversidade. É o lugar da universidade, hoje, onde há um pensamento diverso e de vanguarda, com um nível de excelência muito grande. Um espaço que deve ser mantido e consolidado pela importância que tem.

LEIA MAIS...

>> Ronaldo Henn já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line, dentre as quais:

* A expansão da violência no interior do RS: BR-116 é rota para operações criminosas. Entrevista especial com Ronaldo Henn, publicada no sítio do IHU em 30-03-2008 e disponível em <http://bit.ly/kfF56H>

Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2011

Data de início: 29 de agosto de 2011

Data de término: 07 de novembro de 2011

Local: Sala Ignacio Ellacuría

e Companheiros - IHU

Informações em www.ihu.unisinos.br

Destaques

Notícias do Dia

Nas Notícias do Dia você confere matérias, artigos, entrevistas e reportagens veiculadas na mídia do Brasil e do mundo, em uma seleção preparada pela equipe do IHU em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio do Trabalhador - Cepat, de Curitiba. Elas são publicadas diariamente, de segunda a segunda, no sítio do IHU. E são atualizadas a partir das 7h da manhã. Antes das 9h é expedida a 'newsletter'. Para recebê-la, basta clicar no 'cadastre-se' na primeira página do sítio do IHU.

Entrevista do Dia

A Entrevista do Dia é uma produção especial do Instituto Humanitas Unisinos - IHU em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio do Trabalhador - Cepat, de Curitiba. Diariamente, o sítio do IHU publica uma entrevista inédita, de segunda a segunda, debatendo temas atuais.

Conjuntura da Semana

Semanalmente, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU publica uma conjuntura de temas atuais, redigida em fina sintonia com o Centro de Pesquisa e Apoio do Trabalhador Cepat, parceiro estratégico do IHU. A análise da conjuntura da semana é uma (re) leitura das "Notícias do Dia" publicadas diariamente no sítio do IHU.

Revista IHU On-Line

Semanalmente publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, a revista IHU On-Line veicula entrevistas inéditas sobre temas da atualidade, sempre com um tema de capa que ouve vozes de vários especialistas sobre um mesmo assunto.

Outras publicações do IHU

Cadernos IHU - com periodicidade bimestral, divulgam pesquisas e trabalhos de conclusão, abordando os temas ética, trabalho e teologia pública.

Cadernos IHU ideias - apresenta artigos produzidos pelos palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. Com diversidade dos temas, caráter científico, mas de agradável leitura, tem periodicidade é quinzenal.

Cadernos Teologia Pública - divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e as religiões. É publicado mensalmente.

Cadernos IHU em Formação - de periodicidade mensal, em formato digital, reúne entrevistas e textos produzidos pelo IHU e já veiculados tanto na Revista IHU On-Line quanto nas Notícias e Entrevistas do Dia.

Apoio:

